

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Artigo 2.º

Impostos visados**Decreto do Presidente da República n.º 61-A/98
de 23 de Dezembro**

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Rabat a 29 de Setembro de 1997, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 69-A/98, em 11 de Dezembro de 1998.

Assinado em 21 de Dezembro de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 23 de Dezembro de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Resolução da Assembleia da República n.º 69-A/98**

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Rabat a 29 de Setembro de 1997.

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Rabat a 29 de Setembro de 1997, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, árabe e francesa seguem em anexo.

Aprovada em 11 de Dezembro de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, em exercício, *Manuel Alegre de Melo Duarte*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O REINO DE MARRÓCOS PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

O Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos, desejando concluir uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, acordaram no seguinte:

CAPÍTULO I**Âmbito de aplicação da Convenção**

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua cobrança.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, os impostos sobre o montante global dos salários pagos pelas empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos actuais a que esta Convenção se aplica são, nomeadamente:

a) Relativamente a Portugal:

- 1) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);
- 2) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); e
- 3) A derrama;

(a seguir referidos pela designação de «imposto português»);

b) Relativamente ao Reino de Marrocos:

- 1) O imposto geral sobre o rendimento das pessoas singulares (*l'impôt général sur le revenu des personnes physiques*);
- 2) O imposto sobre as sociedades (*l'impôt sur les sociétés*);
- 3) O imposto sobre os rendimentos das acções ou partes sociais e rendimentos assimilados (*la taxe sur les produits des actions ou parts sociales et revenus assimilés*);
- 4) O imposto sobre os lucros imobiliários;
- 5) A contribuição para a solidariedade nacional;
- 6) O imposto sobre os rendimentos de investimentos com rendimento fixo; e
- 7) O imposto sobre os lucros da cessação de acções e partes sociais;

(a seguir referidos pela designação de «imposto marroquino»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra, periodicamente, as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

CAPÍTULO II**Definições**

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou Marrocos, consoante resulte do contexto;

- b) O termo «Portugal» designa o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e bem assim as outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, a República Portuguesa tem jurisdição ou direitos de soberania relativamente à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes;
- c) O termo «Marrocos» designa o Reino de Marrocos e, empregado num sentido geográfico, significa o território do Reino de Marrocos e as zonas adjacentes às águas territoriais de Marrocos, incluindo o mar territorial e, para além deste, a zona económica exclusiva e as zonas onde, em conformidade com o direito internacional e a legislação nacional, o Reino de Marrocos tem jurisdição ou direitos soberanos relativamente à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais dos fundos marinhos, do seu subsolo e das águas sobrejacentes (plataforma continental);
- d) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade ou qualquer outro agrupamento de pessoas;
- e) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tratada como pessoa colectiva para fins tributários;
- f) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- g) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio ou aeronave explorados por uma empresa cuja direcção efectiva esteja situada num Estado Contratante, excepto se o navio ou aeronave forem explorados somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- h) A expressão «autoridade competente» significa:
- i) Relativamente a Portugal, o Ministro das Finanças, o director-geral dos Impostos ou os seus representantes autorizados;
 - ii) Relativamente a Marrocos, o Ministro encarregado das Finanças ou o seu representante devidamente autorizado ou delegado;
- i) O termo «nacional» designa:
- i) Toda a pessoa singular que tenha a nacionalidade de um Estado Contratante; e
 - ii) Toda a pessoa colectiva, sociedade de pessoas ou associação constituída de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante.

2 — No que se refere à aplicação da Convenção, num dado momento, por um Estado Contratante, qualquer expressão não definida de outro modo deverá ter, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído nesse momento pela legislação desse Estado que regula os impostos a que a Convenção se aplica.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar e aplica-se igualmente a este Estado e, bem assim, às suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que está sujeita a imposto nesse Estado apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como segue:

- a) Será considerada residente apenas no Estado em que tenha uma habitação permanente à sua disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro dos interesses vitais);
- b) Se o Estado em que tem o centro dos interesses vitais não puder ser determinado ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado em que permanece habitualmente;
- c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;
- d) Se for nacional de ambos os Estados ou não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3 — Quando, em virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa, através da qual a empresa exerça toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina; e
- f) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer local de extracção de recursos naturais.

3 — Um local ou um estaleiro de construção ou de montagem só constitui um estabelecimento estável se a sua duração exceder oito meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para as armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para serem transformadas por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa, mantida unicamente para comprar mercadorias ou reunir informações para a empresa;
- e) Uma instalação fixa, mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;
- f) Uma instalação fixa, mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, quando uma pessoa — que não seja um agente independente, a que é aplicável o n.º 6 — actue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, será considerado que esta empresa tem um estabelecimento estável nesse Estado relativamente a qualquer actividade que essa pessoa exerça para a empresa, a não ser que as actividades de tal pessoa se limitem às indicadas no n.º 4, as quais, se fossem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar esta instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6 — Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

7 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerce a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo) não é, por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

CAPÍTULO III

Tributação dos rendimentos

Artigo 6.º

Rendimentos dos bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Con-

tratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios, barcos e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3 — A disposição do n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

5 — As disposições anteriores aplicam-se igualmente aos rendimentos derivados dos bens mobiliários ou aos rendimentos derivados de prestações de serviços conexos com o uso ou a concessão do uso de bens imobiliários que, de acordo com o direito fiscal do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados, sejam assimilados aos rendimentos derivados dos bens imobiliários.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração, efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele.

4 — Se for usual num Estado Contratante determinar os lucros imputáveis a um estabelecimento estável com base numa repartição dos lucros totais da empresa entre as suas diversas partes, a disposição do n.º 2 não impedirá esse Estado Contratante de determinar os lucros tributáveis de acordo com a repartição usual; o método de repartição adoptado deve, no entanto, conduzir a um resultado conforme os princípios enunciados neste artigo.

5 — Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

6 — Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

7 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas disposições deste artigo.

Artigo 8.º

Navegação marítima e aérea

1 — Os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

2 — Se a direcção efectiva de uma empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, a direcção efectiva considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto onde esse navio estiver registado, ou, na falta de porto de registo, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

3 — O disposto no n.º 1 é aplicável igualmente aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

4 — Quando sociedades de países diferentes acordam em exercer uma actividade de transporte aéreo sob a forma de um consórcio, o disposto no n.º 1 aplicar-se-á à parte dos lucros do consórcio correspondente à participação detida nesse consórcio por uma sociedade residente de um Estado Contratante.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

- a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou
- b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante;

e em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, conseqüentemente, tributados.

2 — Quando um Estado Contratante incluir nos lucros de uma empresa deste Estado — e tributar nessa conformidade — os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada neste outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituírem lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado, se as condições impostas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado proce-

derá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos.

Na determinação deste ajustamento, serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá:

- a) 10% do montante bruto dos dividendos pagos depois de 31 de Dezembro de 1996, se o seu beneficiário efectivo for uma sociedade que, por um período ininterrupto de dois anos anteriormente ao pagamento dos dividendos, detenha, directamente, pelo menos 25% do capital da sociedade que paga os dividendos;
- b) 15% do montante bruto dos dividendos, nos restantes casos.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3 — O termo «dividendos», usado neste artigo, significa os rendimentos provenientes de acções, acções ou bónus de fruição, partes de minas, partes de fundadores ou outras partes beneficiárias, com excepção dos créditos, assim como os rendimentos sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

O termo «dividendos» inclui também os lucros pagos em virtude de um contrato de participação nos lucros.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer, no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, uma actividade industrial ou comercial por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto

sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos juros for residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 12% do montante bruto dos juros.

3 — O termo «juros», usado neste artigo, significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza com ou sem garantia hipotecária ou com direito ou não a participar nos lucros do devedor, e nomeadamente os rendimentos da dívida pública e de obrigações de empréstimos, incluindo prémios atinentes a esses títulos. Para efeitos deste artigo, não se consideram juros as penalizações por pagamento tardio.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer, no outro Estado Contratante de que provêm os juros, uma actividade industrial ou comercial por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suportem o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

6 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12.º

Redevances

1 — As *redevances* provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Todavia, essas *redevances* podem ser igualmente tributadas no Estado Contratante de que provêm e de

acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo das *redevances* for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% do montante bruto das *redevances*.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — O termo «*redevances*», usado neste artigo, significa as retribuições de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, bem como os filmes ou gravações para transmissão pela rádio ou televisão, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso de um equipamento industrial, comercial, agrícola ou científico e por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4 — O disposto no n.º 1 não é aplicável se o beneficiário efectivo das *redevances*, residente de um Estado Contratante, exercer, no outro Estado Contratante de que provêm as *redevances*, uma actividade industrial ou comercial por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente ao qual as *redevances* são pagas estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — As *redevances* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor das *redevances*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido concluído o contrato que dá origem ao pagamento das *redevances* e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suportem o pagamento dessas *redevances*, tais *redevances* são consideradas provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

6 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo das *redevances* ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *redevances*, tendo em conta a prestação pela qual são pagas, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo, na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de bens imobiliários considerados no artigo 6.º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens

mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3 — Os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios ou aeronaves só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

4 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos n.ºs 1, 2 e 3 só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14.º

Profissões independentes

1 — Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que esse residente disponha, de forma habitual, no outro Estado Contratante, de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades. Neste último caso, os rendimentos podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a essa instalação fixa.

2 — A expressão «profissão liberal» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15.º

Profissões dependentes

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º, 19.º e 20.º, os salários, ordenados e remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado se:

- a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de 12 meses com início ou termo no ano fiscal em causa; e
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

Artigo 16.º

Percentagens de membros de conselhos

As percentagens, senhas de presença e outras remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17.º

Artistas e desportistas

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas, nessa qualidade, no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, os rendimentos da actividade de um artista do espectáculo ou de um desportista, residente de um Estado Contratante, só podem ser tributados nesse Estado quando essas actividades forem realizadas no outro Estado Contratante no âmbito de um intercâmbio cultural ou desportivo aprovado por ambos os Estados Contratantes.

Artigo 18.º

Pensões

Com ressalva do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, as pensões e remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 19.º

Remunerações públicas

1 — a) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares, excluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributadas nesse Estado.

b) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares só podem, contudo, ser tributados no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados neste

Estado e se a pessoa singular for um residente deste Estado:

- i) Sendo seu nacional; ou
- ii) Que não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2 — a) As pensões pagas por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local, quer directamente, quer através de fundos por elas constituídos, a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado.

b) Estas pensões só podem, contudo, ser tributadas no outro Estado Contratante se a pessoa singular for um residente e um nacional desse Estado.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º aplica-se aos salários, vencimentos e outras remunerações similares e, bem assim, às pensões pagas em consequência de serviços prestados em relação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local.

Artigo 20.º

Professores e investigadores

1 — Uma pessoa que se desloca a um Estado Contratante a convite desse Estado, de uma universidade ou de uma instituição pedagógica ou cultural sem fins lucrativos desse Estado, ou no âmbito de um programa de intercâmbio cultural, durante um período não excedente a 12 meses, com o fim de ensinar, proferir conferências ou realizar trabalhos de investigação para essa instituição, e que é ou foi imediatamente antes dessa deslocação residente do outro Estado Contratante, fica isenta de imposto no primeiro Estado Contratante mencionado relativamente à remuneração auferida dessa actividade, desde que tal remuneração seja obtida fora desse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não é aplicável às remunerações auferidas a título de trabalhos de investigação levados a efeito, não no interesse público, mas sobretudo com vista à obtenção de uma vantagem específica de que beneficiem uma ou mais pessoas.

Artigo 21.º

Estudantes

As importâncias que um estudante ou um estagiário que é, ou foi, imediatamente antes da sua permanência num Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e cuja permanência no Estado primeiramente mencionado tem como único fim aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação receba para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação não são tributadas nesse Estado, desde que provenham de fontes situadas fora desse Estado.

Artigo 22.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante, e donde quer que proveham, não tratados nos artigos anteriores desta Convenção só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, quando o beneficiário desse rendimento, residente de um Estado Contratante, exerce no outro Estado Contratante uma actividade industrial ou comercial por meio de um estabelecimento estável nele situado ou uma profissão independente através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade, em relação ao qual o rendimento é pago efectivamente ligado com esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

CAPÍTULO IV

Eliminação da dupla tributação

Artigo 23.º

Método

1 — Quando um residente de um Estado Contratante obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados no outro Estado Contratante, o primeiro Estado mencionado deduzirá do imposto sobre os rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago nesse outro Estado. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, o rendimento obtido por um residente de um Estado Contratante for isento de imposto neste Estado, este Estado poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre o resto dos rendimentos desse residente, ter em conta o rendimento isento.

CAPÍTULO V

Disposições especiais

Artigo 24.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplicar-se-á também às pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares, concedidos aos seus próprios residentes.

3 — Salvo se for aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 6 do artigo 11.º ou no n.º 6 do artigo 12.º, os juros, *redevances* e outras despesas pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se fossem pagas a um residente do primeiro Estado mencionado.

4 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no primeiro Estado mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente, ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

5 — As disposições do presente artigo:

- Não prejudicam a aplicação das disposições da legislação fiscal de um Estado Contratante no que diz respeito às questões de subcapitalização;
- Não são impeditivas da aplicação dos procedimentos respectivos em cada um dos Estados Contratantes no que concerne ao ónus da prova para efeitos de dedutibilidade de encargos.

6 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 25.º

Procedimento amigável

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso está compreendido no n.º 1 do artigo 24.º, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos a contar da data da primeira comunicação da medida que der causa a tributação não conforme com o disposto na Convenção.

2 — Essa autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com a Convenção.

O acordo alcançado será aplicado independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da Convenção. Poderão também consultar-se, a fim de eliminar a dupla tributação em casos não previstos pela Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, inclusivamente através de uma comissão mista constituída por essas autoridades ou pelos seus representantes, a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 26.º

Troca de informações

1 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar esta Convenção ou as leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1.º As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas, do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e autoridades administrativas) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos por esta Convenção, ou dos procedimentos declarativos ou executivos relativos a estes impostos, ou da decisão de recursos referentes a estes impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser reveladas no decurso de audiências públicas de tribunais ou de sentença judicial.

2 — O disposto no n.º 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

- a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou à do outro Estado Contratante;
- b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) De transmitir informações reveladoras de segredos comerciais, industriais ou profissionais, ou processos comerciais ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 27.º

Membros das missões diplomáticas e postos consulares

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros das missões diplomáticas ou postos consulares em virtude de regras gerais de direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 28.º

Entrada em vigor

1 — A presente Convenção será ratificada e os instrumentos da ratificação serão trocados em ... o mais cedo possível.

2 — A Convenção entrará em vigor após a troca dos instrumentos de ratificação e as suas disposições serão aplicáveis pela primeira vez:

- a) Aos impostos devidos na fonte, cujo facto gerador surja depois de 31 de Dezembro do ano da troca dos instrumentos de ratificação;

- b) Aos demais impostos relativos aos períodos tributários com início após 31 de Dezembro do ano da troca dos instrumentos de ratificação.

Artigo 29.º

Denúncia

A presente Convenção estará em vigor enquanto não for denunciada por um Estado Contratante. Qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar a Convenção por via diplomática, mediante um aviso especificando o ano da cessação, o mais tardar até 30 de Junho do ano especificado no referido aviso de denúncia. Esse aviso só poderá ter lugar depois da expiração de um período de cinco anos a contar da data da entrada em vigor da Convenção. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

- a) Aos impostos devidos na fonte, cujo facto gerador surja a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte ao ano especificado no aviso de denúncia;
- b) Aos outros impostos respeitantes aos rendimentos do ano fiscal com início em 1 de Janeiro do ano seguinte ao ano especificado no aviso de denúncia.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito pelos Governos respectivos, assinaram a presente Convenção.

Feito em dois originais, em Rabat, aos 29 dias do mês de Setembro de 1997, nas línguas portuguesa, árabe e francesa, fazendo os três textos igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação das disposições da presente Convenção, prevalecerá o texto em língua francesa.

Pelo Governo da República Portuguesa:



Pelo Governo do Reino de Marrocos:



إتفاقية

بين

الجمهورية البرتغالية

والمملكة المغربية

تهدف إلى تفادي الإزدواج الضريبي

في ميدان الضرائب على الدخل

إن حكومة الجمهورية البرتغالية و حكومة المملكة المغربية رغبة منهما في إبرام إتفاقية تهدف إلى تفادي الإزدواج الضريبي في ميدان الضرائب على الدخل،

اتفقتا على المقضيات التالية :

الباب الأول ميدان تطبيق الإتفاقية

المادة الأولى الأشخاص المعنويين

تطبق هذه الإتفاقية على الأشخاص المقيمين بدولة متعاقدة أو بكتلتا الدولتين المتعاقدين.

المادة الثانية الضرائب المعنية

1 - تطبق هذه الإتفاقية على الضرائب على الدخل المحصلة لحساب دولة متعاقدة وفروعها السياسية أو الإدارية أو جماعاتها المحلية، كيفما كان نظام التحصيل .

2 - تعتبر ضرائب على الدخل، الضرائب المحصلة من مجموع الدخل أو عناصر الدخل، بما في ذلك الضرائب على الأرباح المتأتية من تقيوت أموال منقولة أو عقارية و الضرائب على المبلغ الإجمالي للأجور المؤداة من طرف المقاولات و كذا الضرائب على فوائض القيمة.

3 - إن الضرائب الحالية التي تطبق عليها الإتفاقية هي :

أ - فيما يخص البرتغال :

- (1) الضريبة المفروضة على دخل الأشخاص الطبيعيين ؛
- (2) الضريبة المفروضة على دخل الأشخاص المعنويين ؛
- (3) الضريبة المحلية على الضريبة المفروضة على الأشخاص المعنويين (و تسمى هذه الضرائب فيما يلي "بالضريبة البرتغالية") ؛

ب - فيما يخص المملكة المغربية :

- (1) الضريبة العامة على دخل الأشخاص الطبيعيين ؛
- (2) الضريبة على الشركات ؛
- (3) الضريبة على عوائد الأسهم أو حصص المشاركة و المدايل المماثلة لها ؛

المادة الثانية (تابع)

(4) الضريبة على الأرباح العقارية ؛

(5) واجب التضامن الوطني ؛

(6) الضريبة على عوائد من التوظيفات ذات الدخل الثابت ؛

(7) الضريبة على الأرباح الناتجة عن بيع الأسهم أو حصص المشاركة ؛ (وتسمى هذه الضرائب فيما يلي "بالضريبة المغربية") .

(4) - تطبق الإتفاقية كذلك على الضرائب المماثلة أو المتشابهة التي قد تستحدث بعد تاريخ التوقيع على الإتفاقية و تضاف إلى الضرائب الحالية أو تحل محلها. و تقوم السلطات المختصة في الدولتين المتعاقدين بإخبار بعضهما البعض بصفة دورية بالتعديلات الهامة التي تدخلها على تشريعاتها الجانبية.

الباب الثاني

تعريف

المادة الثالثة

تعريف عامة

1 - في مفهوم هذه الإتفاقية ما لم يقتض سياق النص تأويلا مخالفا :

(أ) تعني عبارتا "دولة متعاقدة" و "الدولة المتعاقدة الأخرى، حسب السياق، البرتغال أو المغرب ؛

(ب) يعني لفظ "البرتغال" تراب الجمهورية البرتغالية الموجودة في القارة الأوروبية و جزر الأسور و المادير و البحر الإقليمي و كذا المناطق الأخرى التي طبقا للتشريع البرتغالي و للقانون الدولي، تمارس الجمهورية البرتغالية عليها سلطتها القضائية و حقوقها السيادية المتعلقة باستكشاف و إستغلال مواردنا الطبيعية على إمتداد البحر و بأعماقه الباطنية و في المياه المتاخمة له.

(ج) يعني لفظ "المغرب" المملكة المغربية، و عندما يستعمل بالمعنى الجغرافي يعني تراب المملكة المغربية و المناطق المتاخمة للمياه الإقليمية للمغرب، بما في ذلك البحر الإقليمي و ما وراء ذلك، و المنطقة الاقتصادية الخصوصية و المناطق التي، طبقا للتشريع الوطني و للقانون الدولي، تمارس المملكة المغربية عليها سلطتها القضائية و حقوقها السيادية بهدف إستكشاف و إستغلال مواردها الطبيعية بأعماق البحار و بباطن الأرض و في المياه المتاخمة له (الجرف القاري).

(د) يشمل لفظ "شخص" الأشخاص الطبيعيون و الشركات و كل مجموعات الأشخاص الأخرى.

المادة الثالثة (تابع)

(ه) يعني لفظ "شركة" أي شخص معنوي أو كل كيان يعتبر شخصا معنويا تفرض عليه الضريبة ؛

(و) و تعني عبارتا "مقاول دولة متعاقدة" و "مقاول الدولة المتعاقدة الأخرى" على التوالي مقاول مستغلة من طرف مقيم بدولة متعاقدة و مقاول مستغلة من طرف مقيم بالدولة المتعاقدة الأخرى.

(ز) يقصد بعبارة "حركة النقل الدولي" كل نقل تقوم به سفينة أو طائرة تستغلها مقاول يوجد مقر إدارتها الفعلية في دولة متعاقدة، ما عدا إذا كانت الباطنة أو الطائرة لا تستغل إلا بين نقاط موجودة في الدولة المتعاقدة الأخرى.

(ح) تعني عبارة "السلطة المختصة":
- فيما يخص المغرب الوزير المكلف بالمالية أو ممثله المرخص له أو المفوض له قانونا في ذلك،
- فيما يخص البرتغال وزير المالية، المدير العام للضرائب أو ممثليهما المرخص لهما في ذلك ؛

(ط) يقصد بلفظ "مواطن":
- كل شخص طبيعي يحمل جنسية دولة متعاقدة ؛
- كل شخص معنوي و كل شركة الأشخاص أو الجمعية المنشأة طبقا للتشريع الجاري به العمل في دولة متعاقدة .

2 - فيما يخص تطبيق الإتفاقية في وقت معين من طرف دولة متعاقدة، كل عبارة لم يتم تعريفها يجب أن يعطى لها - ما لم يقتض سياق النص تأويلا مخالفا - نفس المعنى الذي يعطيه لها، في ذات الوقت، تشريع هذه الدولة المنظم للضرائب المطبقة عليها الإتفاقية .

المادة الرابعة المقيم

(1) تعني عبارة "مقيم في دولة متعاقدة" حسب مفهوم هذه الإتفاقية كل شخص خاضع للضريبة في هذه الدولة بموجب تشريعها، و ذلك اعتبارا لموطنه أو مكان إقامته أو مقر إدارته أو أي معيار مماثل آخر و تطبق هذه العبارة كذلك على هذه الدولة وكذا على جميع فروعها السياسية أو الإدارية أو على جماعاتها المحلية، غير أن العبارة المذكورة لا تشمل الأشخاص الذين لا يخضعون للضريبة في هذه الدولة إلا بالنسبة للمداخل المتأصلة من هذه الدولة.

(2) إذا كان شخص طبيعي يعتبر حسب مقتضيات الفقرة الأولى مقيما في كلتا الدولتين المتعاقدين، فإن وضعيته تسوى بالكيفية التالية :

(أ) يعتبر هذا الشخص مقيما فقط في الدولة التي يتوفر فيها على سكن دائم، و إذا كان يتوفر على سكن دائم في كلتا الدولتين معا، فإنه يعتبر مقيما في الدولة المتعاقدة التي تربطها بها أوثق الروابط الشخصية و الاقتصادية (مركز المصالح الحيوية) ؛

(ب) إذا تعذر تحديد الدولة التي يتوفر فيها الشخص على مركز مصالحه الحيوية أو كان هذا الشخص لا يتوفر على سكن دائم في أي من الدولتين المتعاقدين، فإنه يعتبر مقيما في الدولة التي يقطن فيها ؛

(ج) إذا كان هذا الشخص يقطن بصفة اعتيادية في كلتا الدولتين المتعاقدين أو لا يقطن بصفة اعتيادية في أية دولة منهما، فإنه يعتبر مقيما في الدولة التي يحمل جنسيتها ؛

(د) إذا كان هذا الشخص يحمل جنسية كل من الدولتين المتعاقدين أو لا يحمل جنسية أية واحدة منهما، فإن السلطات المختصة للدولتين المتعاقدين تبث في الأمر باتفاق مشترك .

(3) إذا كان شخص، غير الشخص الطبيعي مقيما في الدولتين المتعاقدين، حسبما تنص عليه أحكام الفقرة الأولى أعلاه، فإنه يعتبر مقيما في الدولة المتعاقدة التي يوجد بها مقر إدارته الفعلية.

المادة الخامسة المؤسسة المستقرة

(1) تعني عبارة "مؤسسة مستقرة"، في مفهوم هذه الإتفاقية، منشأة ثابتة للأعمال تزاول أية مقاوله بواسطتها كامل نشاطها أو بعضه.

(2) تشمل عبارة "مؤسسة مستقرة" على الخصوص :

(أ) مقر الإدارة ،
(ب) فرعا ،
(ج) مكتبا ،
(د) مصنعا ،
(ه) مشغلا، و
(و) منجما أو بنرا للبتترول أو الغاز أو حجرا أو أي مكان آخر لاستخراج الموارد الطبيعية.

(3) لا تعتبر ورشة بناء أو تركيب بمثابة مؤسسة مستقرة إلا إذا تجاوزت مدة عملها ثمانية أشهر.

(4) على الرغم من المقضيات السابقة لهذه المادة، لا يمكن اعتبار أن هناك "مؤسسة مستقرة" :
أ - إذا كانت المنشآت معدة فقط لأغراض تخزين أو عرض أو تسليم البضائع التي تملكها المقاوله ؛

ب - إذا كانت البضائع التي تملكها المقاوله مودعة فقط لأغراض تخزينها و عرضها أو تسليمها ؛

المادة الخامسة (تابع)

ج - إذا كانت البضائع التي تملكها المقاوله مودعة فقط لأغراض تحويلها من طرف مقاوله أخرى ؛
د - إذا كانت منشأة ثابتة للأعمال تستعمل فقط لأغراض اقتناء البضائع أو لجمع المعلومات لصالح المقاوله ؛
ه - إذا كانت منشأة ثابتة للأعمال تستعمل فقط لأغراض مزاوله نشاطات أخرى ذات طابع إعدادي أو إضافي للمقاوله ؛
و - إذا كانت منشأة ثابتة للأعمال تستعمل فقط لأغراض مزاوله مجموع النشاطات المشار إليها في المقاطع من (أ) إلى (ه)، شريطة أن يحتفظ مجموع نشاطات المنشأة الثابتة للأعمال الناجم عن الجمع بين النشاطات المذكورة بطابع إعدادي أو إضافي.

5 - على الرغم من مقتضيات الفقرتين الأولى و الثانية أعلاه، إذا تصرف شخص - غير الوكيل المتمتع بنظام قانوني مستقل تطبق عليه أحكام الفقرة السادسة - لحساب مقاوله و كانت له في دولة متعاقدة سلطات يمارسها فيها بصورة اعتيادية تخوله إبرام عقود باسم المقاوله، فإن هذه الأخيرة تعتبر أن لها مؤسسة مستقرة في هذه الدولة بالنسبة لجميع النشاطات التي يزاولها الشخص المذكور لحساب المقاوله، ما عدا إذا كانت نشاطات هذا الشخص تنحصر في النشاطات المشار إليها في الفقرة الرابعة والتي، إذا ما تمت مزاولتها بواسطة منشأة ثابتة للأعمال، لا يمكن اعتبار هذه المنشأة بمثابة مؤسسة مستقرة حسب مقتضيات هذه الفقرة .

المادة الخامسة (تابع)

6 - لا تعتبر المقاوله متوفرة على مؤسسة مستقرة في دولة متعاقدة بمجرد كونها تزاول فيها نشاطها عن طريق وسيط أو وكيل عام بالعمولة أو أي عون آخر يتمتع بنظام قانوني مستقل، شريطة أن يعمل هؤلاء الأشخاص في النطاق العادي لنشاطهم.

7 - إن كون شركة مقيمة بدولة متعاقدة تقوم بأعمال المراقبة أو تجرى عليها مراقبة شركة مقيمة بالدولة المتعاقدة الأخرى أو تزاوّل في هذه الدولة نشاطها - إما بواسطة مؤسسة مستقرة أو بآلية طريقة أخرى - لا يكفي في حد ذاته لجعل من إحدى الشركتين المذكورتين مؤسسة مستقرة تابعة للشركة الأخرى .

الباب الثالث
فرض الضريبة على المداخل
المادة السادسة
المدخلات العقارية

1) إن المدخلات التي يجلبها مقيم بدولة متعاقدة من ممتلكات عقارية، (بما في ذلك المدخلات المتأتية من المستغلات الفلاحية أو الغابوية) موجودة بالدولة المتعاقدة الأخرى، تفرض عليها الضريبة في هذه الدولة الأخرى.

2) لعبارة "ممتلكات عقارية" المدلول الذي يمنحه لها قانون الدولة المتعاقدة التي توجد بها هذه الممتلكات. وتشمل العبارة في جميع الحالات التوابع و ماشية الضيعات الفلاحية أو الغابوية حية كانت أو ميتة و الحقوق التي تطبق عليها مقتضيات القانون الخاص المتعلقة بالملكية العقارية و حق الانتفاع بالممتلكات العقارية و الحقوق الخاصة بالمدفوعات المتغيرة أو الثابتة من أجل استغلال أو منح امتياز لاستغلال المناجم المعدنية و الينابيع و الموارد الطبيعية الأخرى. ولا تعتبر السفن و البواخر و الطائرات بمثابة ممتلكات عقارية.

3) تطبق مقتضيات الفقرة الأولى على المدخلات المتأتية من الاستغلال المباشر أو من إيجار العقارات أو الأراضي الزراعية و كذا عن كل شكل آخر من أشكال استغلال الممتلكات العقارية.

4) تطبق مقتضيات الفقرتين الأولى و الثالثة كذلك على المدخلات المتأتية من الممتلكات العقارية للمقولة و كذلك على مداخل الممتلكات العقارية المعدة لممارسة مهنة مستقلة .

5) تطبق مقتضيات السابقة كذلك على المدخلات المتأتية من الأموال المنقولة أو من الخدمات المرتبطة باستعمال أو بحق استعمال ممتلكات عقارية تعتبر - طبقا للتشريع الجبائي للدولة المتعاقدة التي توجد بها الأموال المعنية - كمدخلات لممتلكات عقارية.

المادة السابعة
أرباح المقاولات

1) إن الأرباح التي تحققها مقولة تابعة لدولة متعاقدة لا تخضع للضريبة إلا في هذه الدولة، ما عدا إذا كانت المقولة تزاوّل نشاطها في الدولة المتعاقدة الأخرى بواسطة مؤسسة مستقرة توجد بها. و إذ زاولت المقولة نشاطها بهذه الكيفية، فإن أرباحها تخضع للضريبة في الدولة الأخرى، لكن فقط في الحالة التي تكون فيها هذه الأرباح منسوبة للمؤسسة المستقرة .

2) مع مراعاة مقتضيات الفقرة الثالثة، إذا كانت مقولة تابعة لدولة متعاقدة تزاوّل نشاطها في الدولة المتعاقدة الأخرى بواسطة مؤسسة مستقرة توجد بها، تنسب لهذه المؤسسة المستقرة، في كل دولة متعاقدة، الأرباح التي قد تحققها إذا كانت قد أنشأت مقولة متميزة تزاوّل نشاطات مماثلة أو متشابهة في ظروف مماثلة أو متشابهة و تتعامل بكل استقلالية مع المقولة المتولدة عنها المؤسسة المستقرة .

3) لتحديد الأرباح التي تحققها مؤسسة مستقرة، يسمح بخصم النفقات التي تم صرفها لأغراض نشاط هذه المؤسسة المستقرة بما في ذلك نفقات الإدارة و المصاريف العامة للإدارة المصروفة على هذا النحو، سواء في الدولة التي توجد بها هذه المؤسسة المستقرة أو في أي مكان آخر .

المادة الثمانية عشرة
(تابع)

5 - تعتبر الإتاوات متأتية من دولة متعاقدة إذا كان المدين بها مقيما بهذه الدولة، غير أنه إذا كان المدين بالإتاوات - سواء كان مقيما بدولة متعاقدة أو غير مقيم بها - يتوفر في دولة متعاقدة على مؤسسة مستقرة أو على قاعدة ثابتة تم من أجلها إبرام العقد الذي ترتب عنه أداء الإتاوات وتحملت بالتالي عبء هذه الإتاوات، فإن هذه الأخيرة تعتبر متأتية من الدولة المتعاقدة التي توجد بها المؤسسة المستقرة أو القاعدة الثابتة.

6 - إذا كانت هناك علاقات خاصة تربط المدين بالمستفيد الفعلي من الإتاوات أو تربط هذا أو ذلك بأشخاص آخرين، و تبين بسبب هذه العلاقات أن مبلغ الإتاوات - باعتبار الخدمات التي تدفع من أجلها - يتجاوز المبلغ الذي قد يتفق عليه المدين و المستفيد الفعلي في غياب مثل هذه العلاقات، فإن مقتضيات هذه المادة لا تطبق إلا على هذا المبلغ الأخير، و في هذه الحالة يظل الجزء الزائد من المبالغ المؤداة خاضعا للضريبة طبقا لتشريع كل دولة متعاقدة ووفقا للمقتضيات الأخرى من هذه الإتفاقية.

المادة السابعة
(تابع)

4) إذا كان من المعتاد في دولة متعاقدة تحديد الأرباح المنسوبة لمؤسسة مستقرة على أساس توزيع مجموع أرباح المقولة بين مختلف أطرافها، فإن أي حكم من الفقرة الثانية من هذه المادة لا يمنع هذه الدولة المتعاقدة من تحديد الأرباح الخاضعة للضريبة حسب التوزيع المعمول به، غير أن طريقة التوزيع المعتمدة يجب أن تكون - شأنها في ذلك شأن النتيجة المحصل عليها - مطابقة للمبادئ الواردة في هذه المادة.

5) لا ينسب أي ربح إلى مؤسسة مستقرة لمجرد أنها اقتصرت على شراء بضائع للمقولة.

6) لأغراض الفقرات السابقة، تحدد كل سنة و حسب نفس الطريقة الأرباح المنسوبة للمؤسسة المستقرة، ما لم تكن هناك أسباب مقبولة و كافية للعمل بطريقة أخرى.

7) إذا كانت الأرباح تشمل على عناصر من الدخل تتأولها، بصفة منفصلة، مواد أخرى من هذه الإتفاقية، فإن مقتضيات هذه المواد لن تتأثر بمقتضيات هذه المادة.

المادة الثامنة
الملاحة البحرية و الجوية

1) الأرباح المتأتية من استغلال السفن أو الطائرات في حركة النقل الدولي، لا تفرض عليها الضريبة إلا في الدولة المتعاقدة التي يوجد بها مقر الإدارة الفعلية للمقولة.

2) إذا كان مقر الإدارة الفعلية لمقولة الملاحة البحرية يوجد على متن سفينة، فإن هذا المقر يعتبر موجودا في الدولة المتعاقدة التي تم في مينائها قيد هذه السفينة أو، في حالة عدم وجود ميناء القيد، في الدولة المتعاقدة التي يقيم بها مستغل السفينة.

3) تطبق مقتضيات الفقرة الأولى أعلاه كذلك على الأرباح المتأتية من المساهمة في اتحاد تجاري أو في استغلال مشترك أو في منظمة دولية للإستغلال.

4) إذا اتفقت شركات تابعة لدول مختلفة على إنشاء اتحاد من أجل مزاولة نشاط للنقل الجوي، فإن مقتضيات الفقرة الأولى تطبق على جزء من الأرباح التي يحققها الإتحاد و المطابق للمساهمة التي تمتلكها شركة مقيمة في دولة متعاقدة.

المادة التاسعة
المقاولات المشتركة

1 - أ - إذا ساهمت مقولة تابعة لدولة متعاقدة بطريقة مباشرة أو غير مباشرة في إدارة أو مراقبة أو في رأس مال مقولة الدولة المتعاقدة الأخرى، أو

ب - إذا ساهم نفس الأشخاص بطريقة مباشرة أو غير مباشرة في إدارة أو مراقبة أو في رأس مال مقولة دولة متعاقدة و مقولة دولة متعاقدة أخرى، وكانت المقاولتان - في كلتا الحالتين - مرتبطتين في علاقاتهما التجارية أو المالية بشروط متفق عليها أو مفروضة بحيث تختلف عن الشروط التي يمكن أن تتفق عليها المقاولات المستقلة، فإن الأرباح التي - لولا هذه الشروط - كانت ستحققها إحدى المقاولتين و لكنها لم تتحقق بسبب هذه الشروط، يمكن أن تدرج ضمن أرباح هذه المقولة و تفرض عليها الضريبة تبعا لذلك.

2 - و إذا أدرجت دولة متعاقدة، ضمن أرباح مقولة تابعة لهذه الدولة، أرباحا تم بسببها فرض الضريبة على مقولة تابعة للدولة المتعاقدة الأخرى في هذه الدولة الأخرى، و كانت الأرباح التي أدرجت هي أرباح يمكن تحقيقها بواسطة مقولة

الدولة الأولى لو كانت الشروط المتفق عليها بين المقاتلين هي نفس الشروط التي قد تتفق عليها مقاولات مستقلة، فإن الدولة الأخرى تقوم بالتسوية المناسبة لمبلغ الضريبة المودى عن هذه الأرباح. ولتحديد هذه التسوية تؤخذ المقتضيات الأخرى من هذه الاتفاقية وبين الاعتبار في حالة الضرورة تقوم السلطات المختصة في الدولتين المتعاقبتين بالتشاور فيما بينهما في هذا المضمار.

المادة الحادية عشرة الفوائد

1 - إن الفوائد المتأتية من دولة متعاقدة و الموداة لمقيم بالدولة المتعاقدة الأخرى تفرض عليها الضريبة في هذه الدولة الأخرى.

2 - غير أن هذه الفوائد تفرض عليها الضريبة كذلك في الدولة المتعاقدة التي نشأت فيها و وفقا لتشريع هذه الدولة، إلا أنه إذا كان المستفيد الفعلي من الفوائد مقيما بالدولة المتعاقدة الأخرى فإن الضريبة المفروضة على هذا النحو لا يمكن أن تتجاوز إثني عشرة بالمائة (12%) من المبلغ الإجمالي للفوائد.

3 - يقصد بلفظ "الفوائد" الوارد في هذه المادة المداخل المتأتية من الديون على اختلاف أنواعها سواء كانت مقيدة أو غير مقيدة بضمانات رهنية عقارية أو بشرط المساهمة في أرباح المدن و لا سيما مداخل الأموال العمومية و سندات الاقتراض بما في ذلك العلاوات و الحصص المرتبطة بهذه السندات. و حسب مفهوم هذه المادة لا تعتبر بمثابة فوائد الغرامات المترتبة عن التأخير في الأداء .

4 - لا تطبق مقتضيات الفقرتين الأولى و الثانية إذا كان المستفيد الفعلي من الفوائد، مقيم في دولة متعاقدة، يزاول في الدولة المتعاقدة الأخرى المتأتية منها الفوائد إما نشاطا صناعيا أو تجاريا بواسطة مؤسسة مستقرة موجودة بها أو مهنة مستقلة بواسطة قاعدة ثابتة موجودة بها و كان الدين الذي تولدت عنه الفوائد مرتبطا بها ارتباطا فعليا، و في هذه الحالة تطبق مقتضيات المادة السابعة أو المادة الرابعة عشرة حسب الحالات.

المادة العاشرة حصص الأرباح

1 - إن حصص الأرباح التي تؤديها شركة مقيمة بدولة متعاقدة لمقيم بالدولة المتعاقدة الأخرى، تفرض عليها الضريبة في الدولة الأخرى.

2 - غير أن حصص الأرباح هاته تفرض عليها الضريبة كذلك في الدولة المتعاقدة حيث تقيم الشركة التي تؤدي هذه الحصص، وذلك حسب التشريع المعمول به في هذه الدولة. إلا أنه إذا كان المستفيد الفعلي من حصص الأرباح مقيما بالدولة المتعاقدة الأخرى، فإن الضريبة المفروضة على هذا النحو لا يمكن أن تتجاوز:

(أ) عشرة بالمائة (10%) من المبلغ الإجمالي لخصص الأرباح المدفوعة بعد 31 ديسمبر 1996 إذا كان المستفيد الفعلي منها شركة و كانت طيلة السنتين المتتاليتين السابقتين لأداء حصص الأرباح تمتلك مباشرة على الأقل 25% من رأس مال الشركة التي تؤدي حصص الأرباح .

(ب) خمسة عشرة بالمائة (15%) من المبلغ الاجمالي لخصص الأرباح في جميع الحالات الأخرى. ولا تؤثر هذه الفقرة على فرض الضريبة على الشركة برسم الأرباح التي استعملت لأداء الحصص الموزعة.

3 - تعني عبارة "حصص الأرباح" المستعملة في هذه المادة، المداخل المتأتية من الأسهم و أسهم أو سندات الإنتفاع أو حصص المناجم أو حصص المؤسسين أو حصص أخرى للمستفيدين باستثناء الديون و كذا المداخل الخاضعة لنفس النظام الجبائي المطبق على مداخل الأسهم بمقتضى تشريع الدولة التي تقيم فيها الشركة الموزعة لخصص الأرباح. و تعني عبارة "حصص الأرباح" كذلك الأرباح الموداة بمقتضى عقد المساهمة في الأرباح.

المادة العاشرة (تابع)

4) لا تطبق مقتضيات الفقرتين الأولى و الثانية إذا كان المستفيد الفعلي من حصص الأرباح، المقيم في دولة متعاقدة، يزاول في الدولة المتعاقدة الأخرى حيث تقيم الشركة المؤدية لخصص الأرباح، إما نشاطا صناعيا أو تجاريا بواسطة مؤسسة

مستقرة موجودة بها أو مهنة مستقلة بواسطة قاعدة ثابتة موجودة بها، و كانت المساهمة التي تولدت عنها حصص الأرباح مرتبطة بها فعليا. و في هذه الحالة تطبق مقتضيات المادة السابعة أو المادة الرابعة عشرة حسب الحالة .

5) إذ كانت الشركة المقيمة في الدولة المتعاقدة تستخلص أرباحا أو مداخل من الدولة المتعاقدة الأخرى، فإن هذه الأخيرة لا يمكنها أن تحصل على أية ضريبة على حصص الأرباح الموداة من طرف الشركة، ما عدا في الحالة التي تكون فيها هذه الحصص موداة لمقيم في هذه الدولة الأخرى أو في الحالة التي تكون فيها المساهمة التي تولدت عنها حصص الأرباح مرتبطة ارتباطا فعليا بمؤسسة مستقرة أو بقاعدة ثابتة موجودة في هذه الدولة الأخرى، كما لا يمكنها أن تقوم باقتطاع أية ضريبة برسم الضريبة المفروضة على الأرباح غير الموزعة من أرباح الشركة غير الموزعة حتى و لو كانت حصص الأرباح الموداة أو الأرباح غير الموزعة تتكون كلها أو بعضها من أرباح أو مداخل متأتية من هذه الدولة الأخرى.

المادة الحادية العاشرة (تابع)

5 - تعتبر الفوائد متأتية من دولة متعاقدة إذا كان المدين بها مقيما بهذه الدولة. غير أنه إذا كان المدين بالفوائد - سواء كان مقيما بدولة متعاقدة أو غير مقيم بها - يتوفر في دولة متعاقدة على مؤسسة مستقرة أو على قاعدة ثابتة تم من أجلها عقد الدين الذي ترتب عنه أداء الفوائد و تحملت بالتالي عبء هذه الفوائد، فإن هذه الأخيرة تعتبر متأتية من الدولة المتعاقدة التي توجد بها المؤسسة المستقرة أو القاعدة الثابتة.

6 - إذا كانت هناك علاقات خاصة تربط المدين بالمستفيد الفعلي من الفوائد أو تربط هذا أو ذاك بأشخاص آخرين، و تبين بسبب هذه العلاقات أن مبلغ الفوائد - باعتبار الدين الذي يتفق من أجله - يتجاوز المبلغ الذي قد يتفق عليه المدين والمستفيد الفعلي في غياب مثل هذه العلاقات، فإن مقتضيات هذه المادة لا تطبق إلا على هذا المبلغ الأخير، و في هذه الحالة يظل الجزء الزائد من المبالغ الموداة خاضعا للضريبة طبقا لتشريع كل دولة متعاقدة و اعتبارا للمقتضيات الأخرى من هذه الاتفاقية.

المادة الثانية عشرة الإتاوات

1 - إن الإتاوات المتأتية من دولة متعاقدة و الموداة لمقيم بالدولة المتعاقدة الأخرى تخضع للضريبة في هذه الدولة الأخرى.

2 - غير أن هذه الإتاوات تخضع للضريبة كذلك في الدولة المتعاقدة المتأتية منها و حسب تشريع هذه الدولة، إلا أنه إذا كان المستفيد الفعلي من الإتاوات مقيما بالدولة المتعاقدة الأخرى فإن الضريبة الموضوعه بهذه الكيفية لا يمكن أن تتجاوز 10 بالمائة من المبلغ الإجمالي للإتاوات، و تعمل السلطات المختصة في الدولتين المتعاقبتين باتفاق مشترك بوضع قواعد تطبيق هذا الحد .

3 - يقصد بلفظ "الإتاوات" الوارد في هذه المادة الأجور على اختلاف أنواعها الموداة في مقابل السماح باستعمال أو الحق في استعمال حق المؤلف في مصنف أدبي أو فني أو علمي، بما في ذلك الأفلام السينماتوغرافية و الأشرطة و التسجيلات المخصصة للثبث الإذاعي و التلفزيوني و براءة الاختراع و علامة المصنع أو العلامة التجارية أو رسم أو نموذج أو تصميم أو صيغة سرية أو طريقة سرية و كذا الأجور الموداة في مقابل السماح باستعمال تجهيز صناعي أو تجاري أو فلاحى أو علمي و كذا الأجور الموداة في مقابل تقديم معلومات لها صلة بتجربة مكتسبة في الميدان الصناعي أو التجاري أو العلمي.

4 - لا تطبق مقتضيات الفقرة الأولى أعلاه إذا كان المستفيد الفعلي من الإتاوات مقيما في دولة متعاقدة و يزاول في الدولة المتعاقدة الأخرى المتأتية منها الإتاوات إما نشاطا صناعيا أو تجاريا بواسطة مؤسسة مستقرة موجودة بها أو مهنة مستقلة بواسطة قاعدة ثابتة موجودة بها و كان الحق أو المال الذي تولدت عنه الإتاوات مرتبطا بها ارتباطا فعليا. و في هذه الحالة تطبق، حسب الحالات، مقتضيات المادة السابعة أو المادة الرابعة عشرة .

المادة الثالثة عشرة

أرباح رأس المال

1 - إن الأرباح التي يحصل عليها مقيم في دولة متعاقدة من تقويت الممتلكات العقارية المشار إليها في المادة السادسة و الموجودة بالدولة المتعاقدة الأخرى، تفرض عليها الضريبة في هذه الدولة الأخرى.

2 - إن الأرباح المتأتية من توفيت الأموال المنقولة التي تعد جزءاً من أصول مؤسسة مستقرة و التي تملكها مقولة دولة متعاقدة بالدولة المتعاقدة الأخرى أو المتأتية من توفيت أموال منقولة تملكها قاعدة ثابتة يتوفر عليها مقيم في دولة متعاقدة بالدولة المتعاقدة الأخرى من أجل مزاوله مهنة مستقلة، بما في ذلك الأرباح المتأتية من توفيت هذه المؤسسة المستقرة (بمفردها أو مع مجموع المقاوله) أو عن هذه القاعدة الثابتة، تفرض عليها الضريبة في هذه الدولة الأخرى.

3 - إن الأرباح المتأتية من توفيت السفن أو الطائرات المستغلة في حركة النقل الدولي أو من توفيت الأموال المنقولة المخصصة لاستغلال السفن أو الطائرات المذكورة، لا تفرض عليها الضريبة إلا في الدولة المتعاقدة التي يوجد بها مقر الإدارة الفعلية للمقولة.

4 - إن الأرباح المتأتية من توفيت جميع الممتلكات غير تلك المشار إليها في الفقرات الأولى والثانية والثالثة، لا تفرض عليها الضريبة إلا في الدولة المتعاقدة التي يكون الشخص المتخلي عنها مقيماً بها .

المادة الرابعة عشرة

المهن المستقلة

1 - إن المداخل التي يحصل عليها شخص مقيم في دولة متعاقدة من مزاولته مهنة حرة أو نشاطات أخرى ذات طابع مستقل لا تفرض عليها الضريبة إلا في هذه الدولة، ما لم يكن هذا المقيم يتوفر بصفة إعتيادية في الدولة المتعاقدة الأخرى على قاعدة ثابتة من أجل مزاوله نشاطاته. و إذا توفر على مثل هذه القاعدة الثابتة، فإن المداخل تفرض عليها الضريبة في الدولة المتعاقدة الأخرى، لكن فقط في النطاق الذي تكون فيها هذه المداخل منسوبة للقاعدة الثابتة المذكورة .

2 - تشمل عبارة "مهنة حرة" بالخصوص النشاطات المستقلة ذات الطابع العلمي أو الأدبي أو الفني أو التربوي أو البيداغوجي و كذا النشاطات المستقلة للأطباء والمحامين والمهندسين والمهندسين المعماريين وأطباء الأسنان والمحاسبين.

المادة الخامسة عشرة

المهن غير المستقلة

1 - مع مراعاة لمقتضيات المواد السادسة عشرة والثامنة عشرة والتاسعة عشرة والعشرين فإن الأجرور والرواتب وغيرها من المرتبات المماثلة التي يتقاضها مقيم في دولة متعاقدة من مزاوله عمل مأجور لا تفرض عليها الضريبة إلا في هذه الدولة، ما لم يكن هذا المقيم يزاول العمل المأجور بالدولة المتعاقدة الأخرى، إذ في هذه الحالة تفرض الضريبة على المرتبات التي يتقاضها بهذه الصفة في هذه الدولة الأخرى.

2 - على الرغم من مقتضيات الفقرة الأولى أعلاه فإن المرتبات التي يتقاضها مقيم بدولة متعاقدة من مزاوله عمل مأجور في الدولة المتعاقدة الأخرى، لا تفرض عليها الضريبة إلا في الدولة الأولى :

أ - إذا كان المستفيد من المرتبات مقيماً في الدولة الأخرى خلال فترة أو فترات زمنية لا تتجاوز في مجموعها 183 يوماً في كل إثني عشر شهراً يتتدىء أو تنتهي خلال السنة الجبائية المعنية، و
ب - إذا كانت المرتبات مؤداة من طرف مشغل أو لحساب مشغل غير مقيم بالدولة الأخرى، و
ج - إذا كان عبء المرتبات غير ملقى على كاهل مؤسسة مستقرة أو قاعدة ثابتة يتوفر عليها المشغل في الدولة الأخرى.

3 - على الرغم من مقتضيات السابقة الواردة في هذه المادة، فإن المرتبات المقبوضة من مزاوله عمل مأجور يزاول على متن سفينة أو طائرة تستغل في حركة النقل الدولي، تفرض عليها الضريبة في الدولة المتعاقدة التي يوجد بها مقر الإدارة الفعلية للمقولة.

المادة السادسة عشرة

مكافآت أعضاء مجلس الإدارة

إن المكافآت وأتعاب الحضور والتعويضات الأخرى المماثلة التي يتقاضها مقيم في دولة متعاقدة بصفته عضو مجلس إدارة أو عضو مجلس مراقبة شركة مقيمة في الدولة المتعاقدة الأخرى، تفرض عليها الضريبة في هذه الدولة الأخرى.

المادة السابعة عشرة

الفنانون والرياضيون

1 - على الرغم من مقتضيات المادتين الرابعة عشرة والخامسة عشرة، فإن المداخل التي يحصل عليها مقيم في دولة متعاقدة من مزاوله نشاطات شخصية في الدولة المتعاقدة الأخرى باعتباره فناناً إستعراضياً كفنان المسرح أو السينما أو الإذاعة أو التلفزة أو باعتباره موسيقياً أو رياضياً، تفرض عليها الضريبة في هذه الدولة الأخرى.

2 - إذا كانت المداخل المتأتية من النشاطات التي يزاولها الفنان الاستعراضي أو الرياضي شخصياً وبهذه الصفة لم تمنح إليهما وإنما لشخص آخر، فإن الضريبة تفرض على هذه المداخل - على الرغم من مقتضيات كل من المادة السابعة و المادة الرابعة عشرة و المادة الخامسة عشرة - في الدولة التي يزاول فيها الفنان أو الرياضي نشاطاتها .

3 - على الرغم من مقتضيات الفقرتين الأولى والثانية، فإن المداخل المتأتية من النشاطات التي يزاولها الفنان الاستعراضي أو الرياضي المقيم بدولة متعاقدة، لا تفرض عليها الضريبة إلا في هذه الدولة إذا كانت هذه النشاطات قد أُنجزت بالدولة المتعاقدة الأخرى في إطار مبادلات ثقافية أو رياضية توافق عليها الدولتان المتعاقدتان.

المادة الثامنة عشرة

المعاشات

مع مراعاة مقتضيات الفقرة الثانية من المادة التاسعة عشرة فإن المعاشات وغيرها من المرتبات المماثلة المؤداة لمقيم في دولة متعاقدة مقابل عمل تم إنجازه في وقت سابق، لا تفرض عليها الضريبة إلا في هذه الدولة .

المادة التاسعة عشرة

الوظائف العمومية

1- أ) إن الأجرور والرواتب وغيرها من المرتبات المماثلة، باستثناء المعاشات، المؤداة من طرف دولة متعاقدة أو من طرف أحد فروعها السياسية أو الإدارية أو الجماعات المحلية إلى شخص طبيعي مقابل خدمات مسداة لهذه الدولة أو لهذا الفرع أو الجماعة، لا تفرض عليها الضريبة إلا في هذه الدولة.

ب) غير أن هذه الأجرور والرواتب وغيرها من المرتبات المماثلة لا تفرض عليها الضريبة إلا في الدولة المتعاقدة الأخرى إذا كانت الخدمات مقدمة في هذه الدولة وكان الشخص الطبيعي مقيماً في هذه الدولة الذي :

- 1 - يحمل جنسيتها، أو
- 11 - لم يعد مقيماً في هذه الدولة إلا لهدف تقديم الخدمات.

2 - أ) إن المعاشات المؤداة لشخص طبيعي من طرف دولة متعاقدة أو من طرف أحد فروعها السياسية أو الإدارية أو الجماعات المحلية، إما مباشرة أو عن طريق الإقتطاع من الأموال التي تم تكوينها، في مقابل خدمات مسداة لهذه الدولة أو لهذا الفرع أو الجماعة، لا تفرض عليها الضريبة إلا في هذه الدولة.

ب) غير أن هذه المعاشات لا تفرض عليها الضريبة إلا في الدولة المتعاقدة الأخرى إذا كان الشخص الطبيعي المعني مقيماً في هذه الدولة و يحمل جنسيتها.

3 - تطبق مقتضيات المواد الخامسة عشرة و السادسة عشرة و السابعة عشرة و الثامنة عشرة على الأجرور والرواتب وغيرها من المرتبات المماثلة و كذا على المعاشات المؤداة مقابل خدمات مسداة في نطاق نشاط صناعي أو تجاري تزاوله دولة متعاقدة أو أحد فروعها السياسية أو الإدارية أو الجماعات المحلية.

المادة العشرون

الأساتذة و الباحثون

1 - إذا قام شخص بزيارة دولة متعاقدة بدعوة من هذه الدولة أو بدعوة من إحدى جامعاتها أو مؤسساتها التربوية أو الثقافية التي لا تستهدف الحصول على ربح، أو كانت هذه الزيارة في إطار برنامج للتبادل الثقافي لفترة لا تتجاوز الإثني عشر شهراً بهدف التدريس أو إلقاء محاضرات أو القيام بأشغال بحث لهذه المؤسسة - بصفته مقيماً أو كان مباشرة قبل هذه الزيارة مقيماً بالدولة المتعاقدة الأخرى - فإنه

يعفى من الضريبة في الدولة المتعاقدة الأولى المذكورة بالنسبة لمرتبه المتعلق بهذا النشاط شريطة أن يكون المرتب الذي حصل عليه متأتيا من مصدر خارج هذه الدولة.

2 - لا تطبق مقتضيات الفقرة الأولى على المرتبات المقبوضة في مقابل أعمال بحث لم يتم القيام بها في نطاق الصالح العام وإنما كانت تستهدف بالأساس الحصول على منفعة خاصة يستفيد منها شخص أو أشخاص معينون .

المادة الواحدة والعشرون الطلبية

إن المبالغ التي يتلقاها طالب أو متمرن مقيم بدولة متعاقدة أو كان قبل التحاقه مباشرة بهذه الدولة مقيما بالدولة المتعاقدة الأخرى ولا يقطن بالدولة الأولى إلا بغرض متابعة دراسته أو تكوينه، وكان يتقاضى هذه المبالغ لأجل تغطية المصاريف المتعلقة بتعهد شؤونه أو بدراسته أو بتكوينه، لا تفرض عليها الضريبة في هذه الدولة شريطة أن تكون متأتية من مصادر موجودة خارج هذه الدولة.

المادة الثانية والعشرون مداخل أخرى

1- إن عناصر الدخل الخاصة بمقيم في دولة متعاقدة، أيا كان مصدرها، التي لم تتم معالجتها في المواد السابقة من هذه الاتفاقية لا تفرض عليها الضريبة إلا في هذه الدولة.

2 - لا تطبق مقتضيات الفقرة الأولى على المداخل غير المداخل المتأتية من الممتلكات العقارية كما تم تعريفها في الفقرة الثانية من المادة السادسة أعلاه إذا كان المستفيد من هذه المداخل، المقيم في دولة متعاقدة، يزاول في الدولة المتعاقدة الأخرى إما نشاطا صناعيا أو تجاريا بواسطة مؤسسة مستقرة موجودة بها أو مهنة مستقلة عن طريق قاعدة ثابتة موجودة بها، وكان الحق أو الملك الذي تولدت عنه المداخل المذكورة يرتبط بها ارتباطا فعليا، وفي هذه الحالة تطبق - حسب الحالات - مقتضيات المادة السابعة أو المادة الرابعة عشرة .

الباب الرابع تفادي الازدواج الضريبي المادة الثالثة والعشرون

طريقة

1 - إذا حصل مقيم بدولة متعاقدة على مداخل تفرض عليها، طبقا لمقتضيات هذه الاتفاقية، الضريبة في الدولة المتعاقدة الأخرى، فإنه يتعين على الدولة الأولى أن تخصم من الضريبة التي قامت بتحصيلها من مداخل هذا المقيم مبلغا يعادل مبلغ الضريبة على الدخل المؤداة في هذه الدولة الأخرى. غير أن مبلغ الخصم المذكور لا ينبغي أن يتجاوز جزء الضريبة على الدخل المحسوبة قبل مباشرة الخصم المطابق للمداخل المفروضة عليها الضريبة في هذه الأخرى .

2 - عملا بمقتضيات هذه الاتفاقية، إذا كانت المداخل التي يحصل عليها مقيم بدولة متعاقدة معفاة من الضريبة في هذه الدولة فإنه يجوز لهذه الأخيرة، من أجل حساب مبلغ الضريبة على باقي المداخل التي يتوفر عليها هذا المقيم، أن تأخذ بالاعتبار المداخل المعفاة .

الباب الخامس مقتضيات خاصة المادة الرابعة والعشرون عدم التمييز

1 - لا يخضع مواطنو دولة متعاقدة في الدولة المتعاقدة الأخرى لأية ضريبة أو ما يرتبط بها من التزام تختلف أو تكون أكثر عينا من تلك التي يخضع أو يمكن أن يخضع لها مواطنو هذه الدولة الأخرى الذين يوجدون في نفس الوضعية خصوصا فيما يتعلق بالإقامة. ويطبق هذا المقتضى كذلك - على الرغم من مقتضيات المادة الأولى - على الأشخاص غير المقيمين بدولة متعاقدة أو بالدولتين المتعاقبتين معا.

2 - إن فرض الضريبة على مؤسسة مستقرة تملكها مقولة تابعة لدولة متعاقدة في الدولة المتعاقدة الأخرى، لا يباشر في هذه الدولة الأخرى بكيفية تكون أقل ملاءمة من فرض الضريبة على مقاولات هذه الدولة الأخرى التي تزاول نفس النشاط. ولا يمكن تأويل هذا المقتضى على أنه يلزم دولة متعاقدة بأن تمنح المقيمين في الدولة المتعاقدة الأخرى خصوم شخصية أو إسقاطات أو تخفيضات من الضريبة بالقدر الذي تمنحه لمقيميها اعتبارا لوضعيتهم أو لأعبائهم العائلية .

3 - ما لم يتم تطبيق مقتضيات الفقرة الأولى من المادة التاسعة أو الفقرة السادسة من المادة الحادية عشرة أو الفقرة السادسة من المادة الثانية عشرة، فإن الفوائد والإتاوات وغيرها من المصاريف التي تؤديها مقولة تابعة لدولة متعاقدة إلى شخص مقيم في الدولة المتعاقدة الأخرى يتم خصمها من أجل تحديد الأرباح المفروضة عليها الضريبة التي تحققها هذه المقولة، طبقا لنفس الشروط المقررة بالنسبة لخصم المصاريف المؤداة إلى شخص مقيم بالدولة الأولى.

الرابعة والعشرون (تابع)

4 - إن مقاولات دولة متعاقدة والتي يوجد رأسمالها كلا أو بعضا، بصفة مباشرة أو غير مباشرة، في حوزة أو تحت مراقبة مقيم أو عدة مقيمين بالدولة المتعاقدة الأخرى، لا تخضع في الدولة الأولى لأية ضريبة أو ما يتصل بها من التزام تختلف أو تكون أكثر عينا من الضرائب التي تخضع أو يمكن أن تخضع لها المقاولات المماثلة الأخرى في الدولة الأولى .

5 - إن مقتضيات هذه المادة :

- لا تمس بتطبيق أي مقتضى من مقتضيات التشريع الجبائي لدولة متعاقدة فيما يخص المسائل المتعلقة بالنقص الحاصل في تكوين رأس المال ؛

- لا تحول دون تطبيق الإجراء الخاص في كل من الدولتين المتعاقبتين بخصوص عبء الإثبات المتعلق بخصم التحملات .

6 - على الرغم من مقتضيات المادة الثانية، فإن مقتضيات هذه المادة تطبق على كافة الضرائب بمختلف أنواعها و تسمياتها .

المادة الخامسة والعشرون المسطرة الوديعة

1 - إذا ارتأى شخص أن التدابير المتخذة من طرف دولة متعاقدة أو من طرف الدولتين المتعاقبتين تؤدي أو قد تؤدي بالنسبة إليه إلى فرض ضريبة غير مطابقة لمقتضيات هذه الاتفاقية يجوز له، بصرف النظر عن طرق الطعن المنصوص عليها في القانون الداخلي لهاتين الدولتين، أن يعرض قضيته على السلطة المختصة في الدولة المتعاقدة التي يقيم بها، أو إذا كانت قضيته تدخل في نطاق الفقرة الأولى من المادة الرابعة والعشرين يمكنه أن يعرضها على السلطة المختصة للدولة المتعاقدة التي يحمل جنسيتها. ويجب أن يتم ذلك في ظرف الثلاث سنوات المالية لأول تبليغ بالتدبير الذي ترتب عنه فرض الضريبة غير المطابقة لمقتضيات الاتفاقية .

2 - إذا تبين للسلطة المختصة أن الشكاية التي قدمت إليها لها ما يبررها و لم تتمكن بنفسها من الوصول إلى حل مرض، فإنها تعمل جاهدة على تسوية القضية باتفاق ودي مع السلطة المختصة في الدولة المتعاقدة الأخرى قصد تجنب فرض ضريبة غير مطابقة لهذه الاتفاقية، و يحصل بهذا الاتفاق كيفما كانت الأجل المنصوص عليها في القانون الداخلي للدولتين المتعاقبتين .

3 - تعمل السلطات المختصة في الدولتين المتعاقبتين باتفاق ودي على تذليل المصاعب أو تنديد الشبهات التي قد تنشأ عن تأويل أو تطبيق الاتفاقية، ويمكنها كذلك أن تتشاور فيما بينها لتفادي الازدواج الضريبي في الحالات غير المنصوص عليها في هذه الاتفاقية .

4 - يمكن للسلطات المختصة في الدولتين المتعاقبتين أن تجري اتصالات مباشرة فيما بينها حتى على مستوى لجنة مختلطة تتألف من السلطات المذكورة أو ممن يمثلونها، وذلك بهدف التوصل إلى الاتفاق الودي المشار إليه في الفقرات السابقة.

المادة السادسة والعشرون تبادل المعلومات

1 - تتبادل السلطات المختصة التابعة للدولتين المتعاقبتين المعلومات الضرورية لتطبيق مقتضيات هذه الاتفاقية أو مقتضيات التشريع الداخلي للدولتين المتعاقبتين والمتعلقة بالضرائب المشار إليها في الاتفاقية في الحالة التي يكون فيها فرض الضريبة الذي تنص عليه مطابقا للاتفاقية. ولا تؤثر المادة الأولى على تبادل المعلومات. وتظل المعلومات المحصل عليها من طرف دولة متعاقدة سرية بنفس الصفة التي تطبع المعلومات المحصل عليها بموجب تطبيق التشريع الداخلي لهذه

الدولة و لا يجوز تبليغها إلا للأشخاص أو للسلطات (بما في ذلك المحاكم و الهيئات الإدارية) المكلفة بوضع أو بتحصيل الضرائب المشار إليها في الاتفاقية أو الموكول إليها القيام بالأجراءات أو بالمتابعات المتعلقة بهذه الضرائب أو بالقرارات الصادرة في شأن الطعون المتعلقة بها. و لا يجوز لهؤلاء الأشخاص أو لهذه السلطات استعمال المعلومات المذكورة إلا لهذه الأغراض في حين يمكنهم الإدلاء بها داخل الجلسات العمومية بالمحاكم أو عند إصدار الأحكام.

2 - لا يمكن بأي حال من الأحوال تأويل مقتضيات الفقرة الأولى على أنها تلزم دولة متعاقدة :

أ - باتخاذ تدابير إدارية تتعارض مع التشريع ومع الممارسة الإدارية المعمول بهما فيها أو في الدولة المتعاقدة الأخرى ؛

ب - بتقديم معلومات لا يمكن الحصول عليها من خلال التشريع أو في إطار الممارسة الإدارية العادية الجاري بهما العمل في هذه الدولة أو في الدولة المتعاقدة الأخرى ؛

ج - بتقديم معلومات من شأنها كشف سر تجاري أو صناعي أو مهني أو طريقة تجارية أو معلومات يكون إفشاؤها مخالفا للنظام العام.

المادة السابعة و العشرون أعضاء البعثات الدبلوماسية و المناصب القنصلية

لا تمس مقتضيات هذه الاتفاقية بالامتيازات الجبائية التي يستفيد منها أعضاء البعثات الدبلوماسية أو المناصب القنصلية إما عملا بالقواعد العامة للقانون الدولي العام أو بموجب مقتضيات أوافق خاصة .

الباب السادس مقتضيات نهائية المادة الثامنة و العشرون الدخول في حيز التنفيذ

1 - تتم المصادقة على هذه الاتفاقية و يتم تبادل وثائق المصادقة عليها ب.... في أقرب وقت ممكن.

2 - تدخل الاتفاقية حيز التنفيذ بعد تبادل وثائق المصادقة عليها و تطبق مقتضياتها لأول مرة :

أ) على الضرائب المستحقة من المنبع التي تبتدىء الواقعة المنشئة لها بعد 31 ديسمبر من السنة التي تم فيها تبادل وثائق المصادقة ؛

ب) على الضرائب الأخرى المتعلقة بقرارات ضريبية تبتدىء بعد 31 ديسمبر من السنة التي تم فيها تبادل وثائق المصادقة.

المادة التاسعة و العشرون فسخ الاتفاقية

تظل هذه الاتفاقية سارية المفعول ما لم يتم فسخها من طرف دولة متعاقدة، و يمكن لكل دولة متعاقدة أن تعمل بالطريقة الدبلوماسية على فسخ الاتفاقية بواسطة إخطار يحدد فيه تاريخ انتهاء العمل بها و هو على أكثر تقدير 30 يونيو من السنة المحددة في الإخطار المذكور. و لا يعمل بهذا الإخطار إلا بعد مرور 5 سنوات على تاريخ دخول الاتفاقية حيز التنفيذ، وفي هذه الحالة ينتهي العمل بالاتفاقية :

أ) على الضرائب المستحقة من المنبع و التي تبتدىء الواقعة المنشئة لها من فاتح يناير من السنة الموالية للسنة المبينة في الإخطار المتعلق بفسخ الاتفاقية ؛

ب) على الضرائب الأخرى المتعلقة بدخل السنة الجبائية التي تبتدىء من فاتح يناير من السنة الموالية للسنة المبينة في الإخطار المتعلق بفسخ الاتفاقية.

و إثباتا لما تقدم، قام الموقعان أسفله بموجب السلطة المخولة لهما في هذا الشأن من طرف حكومتهما، بالتوقيع على هذه الاتفاقية.

وحرر بلشبونة في..... في نظيرين أصليين باللغات البرتغالية و العربية الفرنسية، و للنصوص الثلاثة نفس الحجية. و في حالة وجود خلاف في تأويل مقتضيات هذه الاتفاقية، يرجح النص الفرنسي .

عن حكومة المملكة المغربية

عن حكومة الجمهورية البرتغالية



Ju - Gama

CONVENTION ENTRE LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE ET LE ROYAUME DU MAROC EN VUE D'ÉVITER LA DOUBLE IMPOSITION EN MATIÈRE D'IMPÔTS SUR LE REVENU.

Le Gouvernement de la République Portugaise et le Gouvernement du Royaume du Maroc, désireux de conclure une Convention en vue d'éviter la double imposition en matière d'impôts sur le revenu, sont convenus des dispositions suivantes:

CHAPITRE I

Champ d'application de la Convention

Article 1

Personnes visées

La présente Convention s'applique aux personnes qui sont des résidents d'un État contractant ou des deux États contractants.

Article 2

Impôts visés

1 — La présente Convention s'applique aux impôts sur le revenu perçus pour le compte d'un État contractant, de ses subdivisions politiques ou administratives ou de ses collectivités locales, quel que soit le système de perception.

2 — Sont considérés comme impôts sur le revenu les impôts perçus sur le revenu total ou sur des éléments du revenu, y compris les impôts sur les gains provenant de l'aliénation de biens mobiliers ou immobiliers, les impôts sur le montant global des salaires payés par les entreprises, ainsi que les impôts sur les plus-values.

Les impôts actuels auxquels s'applique la Convention sont, notamment:

a) En ce qui concerne le Portugal:

- 1) L'impôt sur le revenu des personnes physiques (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS);
- 2) L'impôt sur le revenu des personnes morales (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC);
- 3) L'impôt local sur l'impôt sur le revenu des personnes morales (derrama);

(ci-après dénommés «impôt portugais»);

b) En ce qui concerne le Royaume du Maroc:

- 1) L'impôt général sur le revenu des personnes physiques;
- 2) L'impôt sur les sociétés;
- 3) La taxe sur les produits des actions ou parts sociales et revenus assimilés;
- 4) La taxe sur les profits immobiliers;
- 5) La participation à la solidarité nationale;
- 6) La taxe sur les produits de placements à revenu fixe;

- 7) La taxe sur les profits de cession d'actions et parts sociales;

(ci-après dénommés «impôt marocain»).

4 — La Convention s'applique aussi aux impôts de nature identique ou analogue qui seraient établis après la date de signature de la Convention et qui s'ajouteraient aux impôts actuels ou que les remplaceraient. Les autorités compétentes des États contractants se communiquent périodiquement les modifications importantes apportées à leurs législations fiscales respectives.

CHAPITRE II

Définitions

Article 3

Définitions générales

1 — Au sens de la présente Convention, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente:

- a) Les expressions «un État contractant» et «l'autre État contractant» désignent, suivant le contexte, le Portugal ou le Maroc;
- b) Le terme «Portugal» désigne le territoire de la République Portugaise situé sur le continent européen et les archipels des Açores et Madère, la mer territoriale, ainsi que les autres zones sur lesquelles, en conformité avec la législation portugaise et le droit international, la République Portugaise a de la juridiction et des droits de souveraineté relatifs à l'exploration et à l'exploitation des ressources naturelles du lit de la mer, du sous-sol marin et des eaux surjacentes;
- c) Le terme «Maroc» désigne le Royaume du Maroc et, employé dans un sens géographique, il désigne le territoire du Royaume du Maroc et les zones adjacentes aux eaux territoriales du Maroc, y compris la mer territoriale et au delà de celle-ci la zone économique exclusive et les zones sur lesquelles, en conformité avec la législation nationale et le droit international, le Royaume du Maroc exerce sa juridiction ou ses droits souverains aux fins de l'exploration et de l'exploitation des ressources naturelles des fonds marins, de leur sous-sol et des eaux surjacentes (plateau continental);
- d) Le terme «personne» comprend les personnes physiques, les sociétés et tous autres groupements de personnes;
- e) Le terme «société» désigne toute personne morale ou toute entité qui est considérée comme une personne morale aux fins d'imposition;
- f) Les expressions «entreprise d'un État contractant» et «entreprise de l'autre État contractant» désignent respectivement une entreprise exploitée par un résident d'un État contractant et une entreprise exploitée par un résident de l'autre État contractant;
- g) L'expression «trafic international» désigne tout transport effectué par un navire ou un aéronef exploité par une entreprise dont le siège de direction effective est situé dans un État contractant, sauf lorsque le navire ou l'aéronef n'est exploité qu'entre des points situés dans l'autre État contractant;

- h) L'expression «autorité compétente» désigne:

- i) En ce qui concerne le Portugal, le Ministre des Finances, le Directeur Général des Impôts ou leurs représentants autorisés;
- ii) En ce qui concerne le Maroc, le Ministre chargé des Finances ou son représentant dûment autorisé ou délégué;

- i) L'expression «national» désigne:

- i) Toute personne physique qui possède la nationalité d'un État contractant;
- ii) Toute personne morale, société de personnes ou association constituée conformément à la législation en vigueur dans un État contractant.

2 — En ce qui concerne l'application de la Convention à un moment donné par un État contractant, toute expression qui n'y est pas définie devra, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente, avoir le sens qui lui est attribué à ce moment par la législation de cet État régissant les impôts auxquels s'applique la Convention.

Article 4

Résident

1 — Au sens de la présente Convention, l'expression «résident d'un État contractant» désigne toute personne qui, en vertu de la législation de cet État, est assujettie à l'impôt dans cet État, en raison de son domicile, de sa résidence, de son siège de direction ou de tout autre critère de nature analogue, et s'applique aussi à cet État ainsi qu'à toutes ses subdivisions politiques ou administratives ou à ses collectivités locales. Toutefois, cette expression ne comprend pas les personnes qui ne sont assujetties à l'impôt dans cet État que pour les revenus de sources situées dans cet État.

2 — Lorsque, selon les dispositions du paragraphe 1, une personne physique est un résident des deux États contractants, sa situation est réglée de la manière suivante:

- a) Cette personne est considérée comme un résident seulement de l'État où elle dispose d'un foyer d'habitation permanent; si elle dispose d'un foyer d'habitation permanent dans les deux États, elle est considérée comme un résident de l'État avec lequel ses liens personnels et économiques sont les plus étroits (centre des intérêts vitaux);
- b) Si l'État où cette personne a le centre de ses intérêts vitaux ne peut pas être déterminé, ou si elle ne dispose d'un foyer d'habitation permanent dans aucun des États, elle est considérée comme un résident seulement de l'État où elle séjourne de façon habituelle;
- c) Si cette personne séjourne de façon habituelle dans les deux États ou si elle ne séjourne de façon habituelle dans aucun d'eux, elle est considérée comme un résident de l'État dont elle possède la nationalité;
- d) Si cette personne possède la nationalité des deux États ou si elle ne possède la nationalité d'aucun d'eux, les autorités compétentes des États contractants tranchent la question d'un commun accord.

3 — Lorsque, selon les dispositions du paragraphe 1, une personne autre qu'une personne physique est un résident des deux États contractants, elle est considérée comme un résident de l'État où son siège de direction effective est situé.

Article 5

Établissement stable

1 — Au sens de la présente Convention, l'expression «établissement stable» désigne une installation fixe d'affaires par l'intermédiaire de laquelle une entreprise exerce tout ou partie de son activité.

2 — L'expression «établissement stable» comprend notamment:

- a) Un siège de direction;
- b) Un succursale;
- c) Un bureau;
- d) Une usine;
- e) Un atelier; et
- f) Une mine, un puits de pétrole ou de gaz, une carrière ou tout autre lieu d'extraction de ressources naturelles.

3 — Un chantier de construction ou de montage ne constitue un établissement stable que si sa durée dépasse huit mois.

4 — Nonobstant les dispositions précédentes du présent article, on considère qu'il n'y a pas «établissement stable» si:

- a) Il est fait usage d'installations aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison de marchandises appartenant à l'entreprise;
- b) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison;
- c) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de transformation par une autre entreprise;
- d) Une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins d'acheter des marchandises ou de réunir des informations, pour l'entreprise;
- e) Une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins d'exercer, pour l'entreprise, toute autre activité de caractère préparatoire ou auxiliaire;
- f) Une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins de l'exercice cumulé d'activités mentionnées aux alinéas a) à e), à conditions que l'activité d'ensemble de l'installation fixe d'affaires résultant de ce cumul garde un caractère préparatoire ou auxiliaire.

5 — Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2, lorsque'une personne — autre qu'un agent jouissant d'un statut indépendant auquel s'applique le paragraphe 6 — agit pour le compte d'une entreprise et dispose dans un État contractant de pouvoirs qu'elle y exerce habituellement lui permettant de conclure des contrats au nom de l'entreprise, cette entreprise est considérée comme ayant un établissement stable dans cet État pour toutes les activités que cette personne exerce pour l'entreprise, à moins que les activités de cette personne ne soient limitées à celles qui sont mentionnées au paragraphe 4 et qui, si elles étaient exercées par l'intermédiaire d'une installation fixe d'affaires, ne permettraient pas de considérer cette installation comme un

établissement stable selon les dispositions de ce paragraphe.

6 — Une entreprise n'est pas considérée comme ayant un établissement stable dans un État contractant du seul fait qu'elle y exerce son activité par l'entremise d'un courtier, d'un commissionnaire général ou de tout autre agent jouissant d'un statut indépendant, à condition que ces personnes agissent dans le cadre ordinaire de leur activité.

7 — Le fait qu'une société qui est un résident d'un État contractant contrôle ou est contrôlée par une société qui est un résident de l'autre État contractant ou qui y exerce son activité (que se soit par l'intermédiaire d'un établissement stable ou non) ne suffit pas, en lui-même, à faire de l'une quelconque de ces sociétés un établissement stable de l'autre.

CHAPITRE III

Imposition de revenus

Article 6

Revenus immobiliers

1 — Les revenus qu'un résident d'un État contractant tire de biens immobiliers (y compris les revenus des exploitations agricoles ou forestières) situés dans l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État.

2 — L'expression «biens immobiliers» a le sens que lui attribue le droit de l'État contractant où les biens considérés sont situés. L'expression comprend en tous cas les accessoires, le cheptel mort ou vif des exploitations agricoles et forestières, les droits auxquels s'appliquent les dispositions du droit privé concernant la propriété foncière, l'usufruit des biens immobiliers et les droits à des paiements variables ou fixes pour l'exploitation ou la concession de l'exploitation de gisements minéraux, sources et autres ressources naturelles; les navires, bateaux et aéronefs ne sont pas considérés comme des biens immobiliers.

3 — Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent aux revenus provenant de l'exploitation directe, de la location ou de l'affermage, ainsi que de toute autre forme d'exploitation de biens immobiliers.

4 — Les dispositions des paragraphes 1 et 3 s'appliquent également aux revenus provenant des biens immobiliers d'une entreprise ainsi qu'aux revenus des biens immobiliers servant à l'exercice d'une profession indépendante.

5 — Les dispositions précédentes s'appliquent également aux revenus provenant des biens mobiliers ou aux revenus provenant des services liés à l'usage ou au droit d'usage de biens immobiliers qui, conformément à la législation fiscale de l'État contractant dans lequel les biens en question sont situés, sont assimilés aux revenus de biens immobiliers.

Article 7

Bénéfices des entreprises

1 — Les bénéfices d'une entreprise d'un État contractant ne sont imposables que dans cet État, à moins que l'entreprise n'exerce son activité dans l'autre État contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé. Si l'entreprise exerce son activité d'une telle façon, les bénéfices de l'entreprise sont imposables dans l'autre État mais uniquement dans la mesure où ils sont imputables à cet établissement stable.

2 — Sous réserve des dispositions du paragraphe 3, lorsqu'une entreprise d'un État contractant exerce son activité dans l'autre État contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, il est imputé, dans chaque État contractant, à cet établissement stable les bénéfices qu'il aurait pu réaliser s'il avait constitué une entreprise distincte exerçant des activités identiques ou analogues dans des conditions identiques ou analogues et traitant en tout indépendance avec l'entreprise dont il constitue un établissement stable.

3 — Pour déterminer les bénéfices d'un établissement stable, sont admises en déduction les dépenses exposées aux fins poursuivies par cet établissement stable, y compris les dépenses de direction et les frais généraux d'administration ainsi exposés, soit dans l'État où est situé cet établissement stable, soit ailleurs.

4 — S'il est d'usage, dans un État contractant, de déterminer les bénéfices imputables à un établissement stable sur la base d'une répartition des bénéfices totaux de l'entreprise entre ses diverses parties, aucune disposition du paragraphe 2 n'empêche cet État contractant de déterminer les bénéfices imposables selon la répartition en usage; la méthode de répartition adoptée doit cependant être telle que le résultat obtenu soit conforme aux principes contenus dans le présent article.

5 — Aucun bénéfice n'est imputé à un établissement stable du fait qu'il a simplement acheté des marchandises pour l'entreprise.

6 — Aux fins des paragraphes précédents, les bénéfices à imputer à l'établissement stable sont déterminés chaque année selon la même méthode, à moins qu'il n'existe des motifs valables et suffisants de procéder autrement.

7 — Lorsque les bénéfices comprennent des éléments de revenu traités séparément dans d'autres articles de la présente Convention, les dispositions de ces articles ne sont pas affectées par les dispositions du présent article.

Article 8

Navigation maritime et aérienne

1 — Les bénéfices provenant de l'exploitation, en trafic international, de navires ou d'aéronefs ne sont imposables que dans l'État contractant où le siège de direction effective de l'entreprise est situé.

2 — Si le siège de direction effective d'une entreprise de navigation maritime est à bord d'un navire, ce siège est considéré comme situé dans l'État contractant où se trouve le port d'attache de ce navire ou, à défaut de port d'attache, dans l'État contractant dont l'exploitant du navire est un résident.

3 — Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent aussi aux bénéfices provenant de la participation à un pool, une exploitation en commun ou un organisme international d'exploitation.

4 — Lorsque des sociétés de pays différents se mettent d'accord en vues de l'exercice d'une activité de transport aérien sous la forme d'un consortium, la disposition du paragraphe 1 sera applicable à la fraction des bénéfices dudit consortium qui correspond à la participation qui y est détenue par une société résidente d'un État contractant.

Article 9

Entreprises associées

1 — Lorsque:

- a) Une entreprise d'un État contractant participe directement ou indirectement à la direction, au

contrôle ou au capital d'une entreprise de l'autre État contractant; ou que

- b) Les mêmes personnes participent, directement ou indirectement, à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise d'un État contractant et d'une entreprise de l'autre État contractant;

et que, dans l'un et l'autre cas, les deux entreprises sont, dans leurs relations commerciales ou financières, liées par des conditions convenues ou imposées, qui diffèrent de celles qui seraient convenues entre des entreprises indépendantes, les bénéfices qui, sans ces conditions, auraient été réalisés par l'une des entreprises mais n'ont pu l'être en fait à cause de ces conditions, peuvent être inclus dans les bénéfices de cette entreprise et imposés en conséquence.

2 — Lorsqu'un État contractant inclut dans les bénéfices d'une entreprise de cet État — et impose en conséquence — des bénéfices sur lesquels une entreprise de l'autre État contractant a été imposée dans cet autre État, et que les bénéfices ainsi inclus sont des bénéfices qui auraient été réalisés par l'entreprise du premier État si les conditions convenues entre les deux entreprises avaient été celles qui auraient été convenues entre des entreprises indépendantes, l'autre État procède à un ajustement approprié du montant de l'impôt qui y a été perçu sur ces bénéfices. Pour déterminer cet ajustement, il est tenu compte des autres dispositions de la présente Convention et, si c'est nécessaire, les autorités compétentes des États contractants se consultent.

Article 10

Dividendes

1 — Les dividendes payés par une société qui est un résident d'un État contractant à un résident de l'autre État contractant sont imposables dans l'autre État.

2 — Toutefois, ces dividendes sont aussi imposables dans l'État contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident, et selon la législation de cet État, mais si le bénéficiaire effectif des dividendes est un résident de l'autre État contractant, l'impôt ainsi établi ne peut excéder:

- a) 10 pour cent du montant brut des dividendes versés après le 31 décembre 1996, si le bénéficiaire effectif est une société qui, pour une période consécutive de deux années antérieures au paiement des dividendes, détient directement 25 pour cent au moins du capital social de la société qui paie les dividendes;
- b) 15 pour cent du montant brut des dividendes, dans tous les autres cas.

Le présent paragraphe n'affecte pas l'imposition de la société au titre des bénéfices qui servent au paiement des dividendes.

3 — Le terme «dividendes» employé dans le présent article désigne les revenus provenant d'actions, actions ou bons de jouissance, parts de mine, parts de fondateur ou autres parts bénéficiaires à l'exception des créances, ainsi que les revenus soumis au même régime fiscal que les revenus d'actions par la législation de l'État dont la société distributrice est un résident.

Le terme «dividendes» désigne également les bénéfices payés en vertu d'un contrat de participation aux bénéfices.

4 — Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des dividendes, résident d'un État contractant, exerce dans l'autre État contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située, et que la participation génératrice des dividendes s'y rattache effectivement. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant les cas, sont applicables.

5 — Lorsqu'une société qui est un résident d'un État contractant tire des bénéfices ou des revenus de l'autre État contractant, cet autre État ne peut percevoir aucun impôt sur les dividendes payés par la société, sauf dans la mesure où ces dividendes sont payés à un résident de cet autre État ou dans la mesure où la participation génératrice des dividendes se rattachent effectivement à un établissement stable ou à une base fixe situés dans cet autre État, ni prélever aucun impôt, au titre de l'imposition des bénéfices non distribués, sur les bénéfices non distribués de la société, même si les dividendes payés ou les bénéfices non distribués consistent en tout ou en partie en bénéfices ou revenus provenant de cet autre État.

Article 11

Intérêts

1 — Les intérêts provenant d'un État contractant et payés à un résident de l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État.

2 — Toutefois, ces intérêts sont aussi imposables dans l'État contractant d'où ils proviennent et selon la législation de cet État, mais si le bénéficiaire effectif des intérêts est résident de l'autre État contractant, l'impôt ainsi établi ne peut excéder 12 pour cent du montant brut des intérêts.

3 — Le terme «intérêts» employé dans le présent article désigne les revenus des créances de toute nature, assorties ou non de garanties hypothécaires ou d'une clause de participation aux bénéfices du débiteur, et notamment les revenus des fonds publics et des obligations d'emprunts, y compris les primes et lots attachés à ces titres. Les pénalisations pour paiement tardif ne sont pas considérées comme des intérêts au sens du présent article.

4 — Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des intérêts, résident d'un État contractant, exerce dans un autre État contractant d'où proviennent les intérêts, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située, et que la créance génératrice des intérêts s'y rattache effectivement. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 ou l'article 14, suivant les cas, sont applicables.

5 — Les intérêts sont considérés comme provenant d'un État contractant lorsque le débiteur est un résident de cet État. Toutefois, lorsque le débiteur des intérêts, qu'il soit ou non un résident d'un État contractant, a dans un État contractant un établissement stable, ou une base fixe, pour lequel la dette donnant lieu au paiement des intérêts a été contractée et qui supporte la charge de ces intérêts, ceux-ci sont considérés comme provenant de l'État où l'établissement stable, ou la base fixe, est situé.

6 — Lorsque, en raison de relations spéciales existant entre le débiteur et le bénéficiaire effectif ou que l'un et l'autre entretiennent avec de tierces personnes, le montant des intérêts, compte tenu de la créance pour laquelle ils sont payés, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le bénéficiaire effectif en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable selon la législation de chaque État contractant et compte tenu des autres dispositions de la présente Convention.

Article 12

Redevances

1 — Les redevances provenant d'un État contractant et payées à un résident de l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État.

2 — Toutefois, ces redevances sont aussi imposables dans l'État contractant d'où elles proviennent et selon la législation de cet État, mais si le bénéficiaire effectif des redevances est un résident de l'autre État contractant, l'impôt ainsi établi ne peut excéder 10 pour cent du montant brut des redevances. Les autorités compétentes des États contractants régissent d'un commun accord les modalités d'application de cette limitation.

3 — Le terme «redevances» employé dans le présent article désigne les rémunérations de toute nature payées pour l'usage ou la concession de l'usage d'un droit d'auteur sur une oeuvre littéraire, artistique ou scientifique, y compris les films cinématographiques ainsi que les films et enregistrements pour transmissions radiophoniques et télévisées, d'un brevet, d'une marque de fabrique ou de commerce, d'un dessin ou d'un modèle, d'un plan, d'une formule ou d'un procédé secrets, ainsi que pour l'usage d'un équipement industriel, commercial, agricole ou scientifique et pour des informations ayant trait à une expérience acquise dans le domaine industriel, commercial ou scientifique.

4 — Les dispositions du paragraphe 1 ne s'appliquent pas, lorsque le bénéficiaire effectif des redevances, résident d'un État contractant, exerce dans l'autre État contractant d'où proviennent les redevances, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située, et que le droit ou le bien générateur des redevances s'y rattache effectivement. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant les cas, sont applicables.

5 — Les redevances sont considérées comme provenant d'un État contractant lorsque le débiteur est un résident de cet État. Toutefois, lorsque le débiteur des redevances, qu'il soit ou non un résident d'un État contractant, a dans un État contractant un établissement stable, ou une base fixe, pour lequel le contrat donnant lieu au paiement des redevances a été conclu et qui supporte la charge de ces redevances, celles-ci sont réputées provenir de l'État contractant où l'établissement stable, ou la base fixe, est situé.

6 — Lorsque, en raison de relations spéciales existant entre le débiteur et le bénéficiaire effectif ou que l'un et l'autre entretiennent avec de tierces personnes, le montant des redevances, compte tenu de la prestation pour laquelle elles sont payées, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le bénéficiaire effectif en l'absence de pareilles relations, les dispositions du

présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable selon la législation de chaque État contractant est compte tenu des autres dispositions de la présente Convention.

Article 13

Gains en capital

1 — Les gains qu'un résident d'un État contractant tire de l'aliénation de biens immobiliers visés à l'article 6, et situés dans l'autre État contractant, sont imposables dans cet autre État.

2 — Les gains provenant de l'aliénation de biens mobiliers qui font partie de l'actif d'un établissement stable qu'une entreprise d'un État contractant a dans l'autre État contractant, ou de biens mobiliers qui appartiennent à une base fixe dont un résident d'un État contractant dispose dans l'autre État contractant pour l'exercice d'une profession indépendante, y compris de tels gains provenant de l'aliénation de cet établissement stable (seul ou avec l'ensemble de l'entreprise) ou de cette base fixe, sont imposables dans cet autre État.

3 — Les revenus provenant de l'aliénation de navires ou aéronefs exploités en trafic international, ou de biens mobiliers affectés à l'exploitation de ces navires ou aéronefs, ne sont imposables que dans l'État contractant où le siège de direction effective de l'entreprise est situé.

4 — Les gains provenant de l'aliénation de tous biens autres que ceux visés aux paragraphes 1, 2 et 3 ne sont imposables que dans l'État contractant dont le cédant est un résident.

Article 14

Professions indépendantes

1 — Les revenus qu'un résident d'un État contractant tire d'une profession libérale ou d'autres activités de caractère indépendant ne sont imposables que dans cet État, à moins que ce résident ne dispose de façon habituelle dans l'autre État contractant d'une base fixe pour l'exercice de ses activités. S'il dispose d'une telle base fixe, les revenus sont imposables dans l'autre État mais uniquement dans la mesure où ils sont imputables à cette base fixe.

2 — L'expression «profession libérale» comprend notamment les activités indépendantes d'ordre scientifique, littéraire, artistique, éducatif ou pédagogique, ainsi que les activités indépendantes des médecins, avocats, ingénieurs, architectes, dentistes et comptables.

Article 15

Professions dépendantes

1 — Sous réserve des dispositions des articles 16, 18, 19 et 20, les salaires, traitements et autres rémunérations similaires qu'un résident d'un État contractant reçoit au titre d'un emploi salarié ne sont imposables que dans cet État, à moins que l'emploi ne soit exercé dans l'autre État contractant. Si l'emploi y est exercé, les rémunérations reçues à ce titre sont imposables dans cet autre État.

2 — Nonobstant les dispositions du paragraphe 1, les rémunérations qu'un résident d'un État contractant reçoit au titre d'un emploi salarié exercé dans l'autre État contractant ne sont imposables que dans le premier État si:

- a) Le bénéficiaire séjourne dans l'autre État pendant une période ou des périodes n'excédant

pas au total 183 jours durant toute période de douze mois commençant ou se terminant durant l'année fiscale considérée; et

- b) Les rémunérations sont payées par un employeur ou pour le compte d'un employeur qui n'est pas un résident de l'autre État; et
- c) La charge des rémunérations n'est pas supportée par un établissement stable ou une base fixe que l'employeur a dans l'autre État.

3 — Nonobstant les dispositions précédentes du présent article, les rémunérations reçues au titre d'un emploi salarié exercé à bord d'un navire ou d'un aéronef exploité en trafic international sont imposables dans l'État contractant où le siège de direction effective de l'entreprise est situé.

Article 16

Tantièmes

Les tantièmes, jetons de présence et autres rétributions similaires qu'un résident d'un État contractant reçoit en sa qualité de membre du conseil d'administration ou de surveillance d'une société qui est un résident de l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État.

Article 17

Artistes et sportifs

1 — Nonobstant les dispositions des articles 14 et 15, les revenus qu'un résident d'un État contractant tire de ses activités personnelles exercées dans l'autre État contractant en tant qu'artiste du spectacle, tel qu'un artiste de théâtre, de cinéma, de radio ou de la télévision, ou tel qu'un musicien, ou en tant que sportif, sont imposables dans cet autre État.

2 — Lorsque les revenus d'activités qu'un artiste du spectacle ou un sportif exerce personnellement et en cette qualité sont attribués non pas à l'artiste ou au sportif lui-même mais à une autre personne, ces revenus sont imposables, nonobstant les dispositions des articles 7, 14 et 15, dans l'État contractant où les activités de l'artiste ou du sportif sont exercées.

3 — Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2, les revenus d'activités d'un artiste du spectacle ou d'un sportif qui est un résident de l'État contractant ne sont imposables que dans cet État, lorsque ces activités sont réalisées dans l'autre État contractant dans le cadre des échanges culturels ou sportifs approuvés par les deux États contractants.

Article 18

Pensions

Sous réserve des dispositions du paragraphe 2 de l'article 19, les pensions et autres rémunérations similaires, payées à un résident d'un État contractant au titre d'un emploi antérieur, ne sont imposables que dans cet État.

Article 19

Fonctions publiques

1 — a) Les salaires, traitements et autres rémunérations similaires, autres que les pensions, payées par un État contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou administratives ou collectivités locales à une personne physique, au titre de services rendus à cet État ou à

cette subdivision ou collectivité, ne sont imposable que dans cet État.

b) Toutefois, ces salaires, traitements et autres rémunérations similaires ne sont imposables que dans l'autre État contractant si les services sont rendus dans cet État et si la personne physique est un résident de cet État qui:

- i) Possède la nationalité de cet État; ou
- ii) N'est pas devenu un résident de cet État à seule fin de rendre les services.

2 — a) Les pensions payées par un État contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou administratives ou collectivités locales, soit directement soit par prélèvement sur des fonds qu'ils ont constitués, à une personne physique, au titre de services rendus à cet État ou à cette subdivision ou collectivité, ne sont imposables que dans cet État.

b) Toutefois, ces pensions ne sont imposables que dans l'autre État contractant si la personne physique est un résident de cet État et en possède la nationalité.

3 — Les dispositions des articles 15, 16, 17 et 18 s'appliquent aux salaires, traitements et autres rémunérations similaires ainsi qu'aux pensions payées au titre de services rendus dans le cadre d'une activité industrielle ou commerciale exercée par un État contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou administratives ou collectivités locales.

Article 20

Professeurs et chercheurs

1 — Une personne qui visite un État contractant sur invitation de cet État, d'une université ou d'une institution d'éducation ou culturelle sans but lucratif de cet État ou dans le cadre d'un programme d'échange culturel pour une période n'excédant pas 12 mois dans le but d'enseigner, de donner des conférences ou de mener des travaux de recherches pour cette institution et qui est, ou qui était, immédiatement avant cette visite, résident de l'autre État contractant sera exempté de l'impôt dans ledit premier État contractant sur sa rémunération pour telle activité à condition que cette rémunération lui provienne en dehors de cet État.

2 — Les dispositions du paragraphe 1 ne s'appliquent pas aux rémunérations reçues au titre de travaux de recherche entrepris non pas dans l'intérêt public, mais principalement en vue de la réalisation d'un avantage particulier bénéficiant à une ou à des personnes déterminées.

Article 21

Étudiants

Les sommes qu'un étudiant ou un stagiaire qui est, ou qui était immédiatement avant de se rendre dans un État contractant, un résident de l'autre État contractant et qui séjourne dans le premier État à seule fin d'y poursuivre ses études ou sa formation, reçoit pour couvrir ses frais d'entretien, d'études ou de formation ne sont pas imposables dans cet État, à condition qu'elles proviennent de sources situées en dehors de cet État.

Article 22

Autres revenus

1 — Les éléments du revenu d'un résident d'un État contractant, d'où qu'ils proviennent, qui ne sont pas trai-

tés dans les articles précédents de la présente Convention ne sont imposables que dans cet État.

2 — Les dispositions du paragraphe 1 ne s'appliquent pas aux revenus autres que les revenus provenant de biens immobiliers tels qu'ils sont définis au paragraphe 2 de l'article 6, lorsque le bénéficiaire de tels revenus, résident d'un État contractant, exerce dans l'autre État contractant, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située, et que le droit ou le bien générateur des revenus s'y rattache effectivement. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant les cas, sont applicables.

CHAPITRE IV

Élimination de la double imposition

Article 23

Méthode

1 — Lorsqu'un résident d'un État contractant reçoit des revenus qui, conformément aux dispositions de la présente Convention, sont imposables dans l'autre État contractant, le premier État accorde sur l'impôt qu'il perçoit sur les revenus de ce résident, une déduction d'un montant égal à l'impôt sur le revenu payé dans cet autre État. Cette déduction ne peut toutefois excéder la fraction de l'impôt sur le revenu, calculé avant déduction, correspondant aux revenus imposables dans cet autre État.

2 — Lorsque, conformément à une disposition quelconque de la Convention, les revenus qu'un résident d'un État contractant reçoit sont exempts d'impôts dans cet État, celui-ci peut néanmoins, pour calculer le montant de l'impôt sur le reste des revenus de ce résident, tenir compte des revenus exempts.

CHAPITRE V

Dispositions spéciales

Article 24

Non-discrimination

1 — Les nationaux d'un État contractant ne sont soumis dans l'autre État contractant à aucune imposition ou obligation y relative, qui est autre ou plus lourde que celles auxquelles sont ou pourront être assujettis les nationaux de cet autre État qui se trouvent dans la même situation, notamment au regard de la résidence. La présente disposition s'applique aussi, nonobstant les dispositions de l'article 1, aux personnes qui ne sont pas des résidents d'un État contractant ou des deux États contractants.

2 — L'imposition d'un établissement stable qu'une entreprise d'un État contractant a dans l'autre État contractant n'est pas établie dans cet autre État d'une façon moins favorable que l'imposition des entreprises de cet autre État qui exercent la même activité. La présente disposition ne peut être interprétée comme obligeant un État contractant à accorder aux résidents de l'autre État contractant les déductions personnelles, abattements et réductions d'impôt en fonction de la situation ou des charges de famille qu'il accorde à ses propres résidents.

3 — À moins que les dispositions du paragraphe 1 de l'article 9, du paragraphe 6 de l'article 11 ou du paragraphe 6 de l'article 12 ne soient applicables, les intérêts, redevances et autres dépenses payés par une entreprise d'un État contractant à un résident de l'autre État contractant sont déductibles, pour la détermination des bénéfices imposables de cette entreprise, dans les mêmes conditions que s'ils avaient été payés à un résident du premier État.

4 — Les entreprises d'un État contractant, dont le capital est en totalité ou en partie, directement ou indirectement, détenu ou contrôlé par un ou plusieurs résidents de l'autre État contractant, ne sont soumises dans le premier État à aucune imposition ou obligation y relative, qui est autre ou plus lourde que celles auxquelles sont ou pourront être assujetties les autres entreprises similaires du premier État.

5 — Les dispositions du présent article:

- Ne portent pas atteinte à l'application d'une quelconque disposition de la législation fiscale d'un État contractant en ce qui concerne les questions de sous-capitalisation;
- Ne font pas obstacle à l'application de la procédure respective dans chacun des États contractants à l'égard de la charge de la preuve en ce qui concerne la déductibilité des charges.

6 — Les dispositions du présent article s'appliquent, nonobstant les dispositions de l'article 2, aux impôts de toute nature ou dénomination.

Article 25

Procédure amiable

1 — Lorsqu'une personne estime que les mesures prises par un État contractant ou par les deux États contractants entraînent ou entraîneront pour elle une imposition non conforme aux dispositions de la présente Convention, elle peut, indépendamment des recours prévus par le droit interne de ces États, soumettre son cas à l'autorité compétente de l'État contractant dont elle est un résident ou, si son cas relève du paragraphe 1 de l'article 24, à celle de l'État contractant dont elle possède la nationalité. Le cas doit être soumis dans les trois ans qui suivent la première notification de la mesure qui entraîne une imposition non conforme aux dispositions de la Convention.

2 — L'autorité compétente s'efforce, si la réclamation lui paraît fondée et si elle n'est pas elle-même en mesure d'y apporter une solution satisfaisante, de résoudre le cas par voie d'accord amiable avec l'autorité compétente de l'autre État contractant, en vue d'éviter une imposition non conforme à la Convention. L'accord est appliqué quels que soient les délais prévus par le droit interne des États contractants.

3 — Les autorités compétentes des États contractants s'efforcent, par voie d'accord amiable, de résoudre les difficultés ou de dissiper les doutes auxquels peuvent donner lieu l'interprétation ou l'application de la Convention. Elles peuvent aussi se concerter en vue d'éliminer la double imposition dans les cas non prévus par la Convention.

4 — Les autorités compétentes des États contractants peuvent communiquer directement entre elles, y compris au sein d'une commission mixte composé de ces autorités ou de leurs représentants, en vue de parvenir à

un accord comme il est indiqué aux paragraphes précédents.

Article 26

Échange de renseignements

1 — Les autorités compétentes des États contractants échangent les renseignements nécessaires pour appliquer les dispositions de la présente Convention ou celles de la législation interne des États contractants relative aux impôts visés par la Convention dans la mesure où l'imposition qu'elle prévoit n'est pas contraire à la Convention. L'échange de renseignements n'est pas restreint par l'article 1. Les renseignements reçus par un État contractant sont tenus secrets de la même manière que les renseignements obtenus en application de la législation interne de cet État et ne sont communiqués qu'aux personnes ou autorités (y compris les tribunaux et organes administratifs) concernées par l'établissement ou le recouvrement des impôts visés par la Convention, par les procédures ou poursuites concernant ces impôts, ou par les décisions sur les recours relatifs à ces impôts. Ces personnes ou autorités n'utilisent ces renseignements qu'à ces fins. Elles peuvent révéler ces renseignements au cours d'audiences publiques de tribunaux ou dans des jugements.

2 — Les dispositions du paragraphe 1 ne peuvent en aucun cas être interprétées comme imposant à un État contractant l'obligation:

- a) De prendre des mesures administratives dérogeant à sa législation et à sa pratique administrative ou à celles de l'autre État contractant;
- b) De fournir des renseignements qui ne pourraient être obtenus sur la base de sa législation ou dans le cadre de sa pratique administrative normale ou de celles de l'autre État contractant;
- c) De fournir des renseignements qui révéleraient un secret commercial, industriel, professionnel ou un procédé commercial ou des renseignements dont la communication serait contraire à l'ordre public.

Article 27

Membres des missions diplomatiques et postes consulaires

Les dispositions de la présente Convention ne portent pas atteinte aux privilèges fiscaux dont bénéficient les membres des missions diplomatiques ou postes consulaires en vertu soit des règles générales du droit des gens, soit des dispositions d'accords particuliers.

CHAPITRE VI

Dispositions finales

Article 28

Entrée en vigueur

1 — La présente Convention sera ratifiée et les instruments de ratification seront échangés à ... aussitôt que possible.

2 — La Convention entrera en vigueur après l'échange des instruments de ratification et ses dispositions seront applicables pour la première fois:

- a) Aux impôts dûs à la source dont le fait générateur se produira après le 31 décembre de l'année de l'échange des instruments de ratification;

- b) Aux autres impôts afférents aux périodes imposables commençant après le 31 décembre de l'année de l'échange des instruments de ratification.

Article 29

Dénonciation

La présente Convention demeurera en vigueur tant qu'elle n'aura pas été dénoncée par un État contractant. Chaque État contractant peut dénoncer la Convention par voie diplomatique, moyennant un avis spécifiant l'année de cessation, le plus tard le 30 juin de l'année spécifiée dans ledit avis. Cet avis n'aura lieu qu'après l'expiration d'une période de 5 ans à compter de la date de l'entrée en vigueur de la Convention. Dans ce cas, la Convention cessera d'être applicable:

- a) Aux impôts dûs à la source dont le fait générateur se produira à partir du 1^{er} janvier de l'année qui suit celle spécifiée dans l'avis de dénonciation;
- b) Aux autres impôts afférents au revenu de l'année fiscale commençant à partir du 1^{er} janvier de l'année qui suit celle spécifiée dans l'avis de dénonciation.

En foi de quoi les soussignés, dûment autorisés à cet effet par leurs Gouvernements respectifs, ont signé la présente Convention.

Fait en double exemplaires originaux, à Rabat, le 29 septembre 1997, en langues portugaise, arabe et française, les trois textes faisant également foi. En cas de divergence dans l'interprétation des dispositions de cette Convention, le texte en langue française prévaudra.

Pour le Gouvernement de la République Portugaise:



Pour le Gouvernement du Royaume du Maroc:




DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 228\$00 (IVA INCLUIDO 5%)



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex
Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250 Lisboa
Telef. (01)397 30 35/(01)397 47 68 Fax (01)396 94 33 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050 Lisboa
Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000 Lisboa
Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72 Metro — Saldanha
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. (01)387 71 07 Fax (01)353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
Telefs. (01)711 11 19/23/24 Fax (01)711 11 21 Metro — C. Militar
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050 Porto
Telef. (02)205 92 06/(02)205 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000 Coimbra
Telef. (039)82 69 02 Fax (039)83 26 30

Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dr.incm.pt> • Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 0808 200 110